



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 19, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE AGOSTO DE 2015
3. REQ. N. 982/15, DATADO DE 16/07/2015 – PC N.º 98/15, DATADO DE 01/04/2015 – ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA BAROSA
4. REQ. N. 1173/15, DATADO DE 20/08/2015 – PC N.º 136/15, DATADO DE 29/04/2015 – PEDRO NUNO FERREIRA DINIS
5. REQ. N. 910/15, DATADO DE 30/06/2015 – PC N.º 184/15, DATADO DE 04/06/2015 – LUÍS ADRIANO VASCONCELOS MARQUES TOSCANO E CATARINA DOMINGUES CONTENTE
6. REQ. N. 978/15, DATADO DE 16/07/2015 – PC N.º 184/14, DATADO DE 30/05/2014 – ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO, MARIA GRACIETE DA SILVA CALADO E MARIA ISABEL DA SILVA CALADO

7. REQ. N. 1067/15, DATADO DE 04/08/2015 – PC N.º 72/15, DATADO DE 16/03/2015 – LICÍNIO DA GRAÇA CATARRO
8. REQ. N. 948/15, DATADO DE 09/07/2015 – PC N.º 232/15, DATADO DE 09/07/2015 – DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES
9. REQ. N. 1005/15, DATADO DE 22/07/2015 – PC N.º 94/07, DATADO DE 26/02/2007 – MORGADO RUIVO & FILHOS-CONST.CIVIS, LDA
10. REQ. N. 1203/15, DATADO DE 26/08/2015 – PC N.º 283/15 , DATADO DE 17/08/2015 – GALLOVIDRO, SA
11. REQ. N. 997/15, DATADO DE 20/07/2015 – PC N.º 45/15, DATADO DE 16/02/2015 – CARLOS FIGUEIREDO DINIS
12. REQ. N. 1117/15, DATADO DE 12/08/2015 – PC N.º 375/14, DATADO DE 28/10/2014 – JOSE AUGUSTO PIEDADE CARREIRA
13. REQ. N. 1156/15, DATADO DE 18/08/2015 – PC N.º 275/14, DATADO DE 30/07/2014 – RAUL AUGUSTO DE SOUSA BATALHA
14. REQ. N. 1138/15, DATADO DE 14/08/2015 – PC N.º 238/12, DATADO DE 13/08/2012 – TERESA CAETANO TOJEIRA FERREIRA
15. REQ. N. 1074/15, DATADO DE 05/08/2015 – PC N.º 314/12, DATADO DE 23/10/2012 – MARIA HELENA MENDES VINAGRE DE SOUSA ARTILHEIRO
16. REQ. N. 1220/15, DATADO DE 28/08/2015 – PC N.º 305/15, DATADO DE 28/08/2015 – JOSE JESUS VIEIRA
17. E/5776/2015 : REQUER VISTORIA A OBRAS NA MORADIA CONTÍGUA À SUA, QUE LHE ESTÃO A PROVOCAR INFILTRAÇÕES NAS SUAS PAREDES. – ESMERALDINA INÊS DA SILVA
18. REQ. N. 244/15, DATADO DE 26/02/2015 – PC N.º 76/2015, DATADO DE 26/02/2015 – SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA
19. REQ. N. 1229/15, DATADO DE 28/08/2015 – PC N.º 59/14, DATADO DE 26/02/2014 – TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA
20. REQ. N. 1094/15, DATADO DE 07/08/2015 – PC N.º 59/14, DATADO DE 26/02/2014 – TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA

21. E/6942/2015, DATADA DE 21/08/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE VALA NA RUA DOS COELHOS - PERO NETO - CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.
22. REQ. N. 1175/15, DATADO DE 20/08/2015 – PC N.º 287/2015, DATADO DE 06/08/2015 – VIDROMECÂNICA-METALOMECÂNICA VIDREIRA, LDA
23. REQ. N. 1066/15, DATADO DE 04/08/2015 – PC N.º 242/15, DATADO DE 16/07/2015 – SEVLAIRES PLÁSTICOS, LDA
24. REQ. N. 1065/15, DATADO DE 04/08/2015 – PC N.º 254/2015, DATADO DE 15/07/2015 – ARMANDO FERNANDES – SERRALHARIA CIVIL, LDA
25. REQ. N. 1091/15, DATADO DE 06/08/2015 – PC N.º 286/2015, DATADO DE 06/08/2015 – YUDO EU, S.A.
26. REQ. N. 1189/15, DATADO DE 24/08/2015 – PC N.º 259/2015, DATADO DE 17/07/2015 – BOURBON AUTOMOTIVE PLASTICS MARINHA GRANDE, S.A
27. REQ. N. 1082/15, DATADO DE 06/08/2015 – PC N.º 285/2015, DATADO DE 06/08/2015 – NOVA PLASTESTE, S.A.
28. REQ. N. 1096/15, DATADO DE 07/08/2015 – PC N.º 288/2015, DATADO DE 07/08/2015 – INJECT FORM EMPRESA DE PLASTICOS LDA
29. REQ. N. 1190/15, DATADO DE 24/08/2015 – PC N.º 266/2015, DATADO DE 23/07/2015 – PLASTIMAGO - TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS LDA
30. REQ. N. 1191/15, DATADO DE 24/08/2015 – PC N.º 267/2015, DATADO DE 23/07/2015 – PLASTIMAGO - TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS LDA
31. REQ. N. 1083/15, DATADO DE 06/08/2015 – PC N.º 285/2015, DATADO DE 06/08/2015 – TECNIJUSTA AJUSTAMENTOS E MOLDES PARA PLASTICOS UNIPessoal LDA
32. REQ. N. 1070/15, DATADO DE 04/08/2015 – PC N.º 253/2015, DATADO DE 13/07/2015 – KLC-INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO DE MATERIAS PLASTICAS,LDA.
33. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
34. AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

35. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
36. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE *“DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2015/2016”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
37. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE *“DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2015/2016”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
38. P.A. N.º 48/2015-AP/DISU - *“RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”* PARA O PERÍODO DE 5 ANOS. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 394-AP/DFTI/2015
39. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE
40. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2015.
41. RESUMO DE TESOURARIA
42. P.A. N.º 48/2015-AP/DISU - *“RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE”* PARA O PERÍODO DE 5 ANOS. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 396-AP/DFTI/2015

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

## **1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

**Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.**

**Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:**

**1 - Sr. Arnaldo Granjeiro Silva Branco**, residente na Rua da Fé, Casa da Estátua, n.º 24, Pedra de Cima, Marinha Grande, que apresentou os seguintes assuntos:

- Há cerca de um mês escreveu uma carta à Câmara e ainda não obteve resposta. O assunto diz respeito à construção ilegal efetuada por um vizinho, que utilizou a área da sua serventia como área de construção para assim poder construir. Esta faixa de terreno é sua, pois está registada na Conservatória em seu nome, mas como foi alcatroada pela Junta de Freguesia considera-a espaço público.
- Pretende também saber porque é que foi construído um muro de 2 metros de altura junto à vala, e o seu teve que ser feito dentro do seu terreno e deixando os afastamentos que a Hidráulica exigiu.

**2 - Sr.ª Sisaltina Almeida Silva Filipe**, residente na Urbanização das Valeiras, n.º 15, Vieira de Leiria, que pretende saber quando é que começa a ser executado o saneamento na sua urbanização. Há mais de 9 anos que o reclama, tem havido promessas, ano após ano, mas continua sem ver nada. Referiu ainda que se sente prejudicada pela situação, uma vez que a parede da sua casa está encostada às fossas e encontra-se rachada.

**3 - Sr. José Cantarinhas**, residente na Urbanização das Valeiras, n.º 4, Vieira de Leiria, que referiu que há alguns anos foram instaladas 2 tampas de esgotos, uma no seu terreno, sito na Rua do Cais, Pedra Ruiva, e outra no terreno do vizinho, que costumam verter para esses terrenos, criando uma verdadeira imundice, que poderá documentar com um filme que trouxe consigo. Tem o seu terreno à venda e há interessados, mas quando sabem do colector já não querem comprar. Pretende que a Câmara tome medidas, pois tem uma carta da Câmara em que esta se responsabilizava pela substituição do colector.

**4 - Sr. Aníbal Domingos Rosa**, residente na Rua dos Carreirinhos, n.º 20, Comeira, Marinha Grande, que informou que o assunto será apresentado por um representante da Comissão dos Combatentes da Garcia. Referiu que há cerca de 3 anos que tentam saber junto da Câmara quais os limites do terreno da Capela da Garcia, para colocação do monumento aos Combatentes, uma vez que a configuração do local se alterou. No próximo dia 11 de outubro vão fazer o almoço dos Combatentes e gostariam de obter esta informação para a transmitir aos restantes membros. Solicitam por isso que a Câmara vá ao local e defina bem o que é público e o que é da Paróquia, face à escritura celebrada e que originou o aumento das suas áreas.

**5 - Sr. Juventino Fernandes**, residente na Marinha Grande, que na qualidade de Vice-Presidente do ACM – Atlético Clube Marinhense, pretende informações sobre um assunto que já submeteram à Câmara por várias vezes: o campo sintético. O ACM tem 21 equipas a usufruir do mesmo, e provavelmente este ano a equipa sénior não poderá treinar. Pretende notícias sobre o processo relativo ao sintético, uma vez que como é sabido a UDL está insolvente e de certeza não irá pagar nada a ninguém. A Câmara já deu sintéticos à Garcia e aos Vidreiros, acha bem, mas o ACM sente-se discriminado, uma vez que está de “pés e mãos atadas”. Têm duas equipas nos nacionais, cada vez há mais pessoas a assistirem aos jogos, o clube está com uma nova dinâmica, pelo que este assunto tem que ser resolvido.

**6 - Sr. Cristiano Chanoca**, residente na Marinha Grande, que na qualidade de Vice-Presidente do ACM – Atlético Clube Marinhense, apresentou os seguintes assuntos:

- Em novembro passado o ACM apresentou um pedido de apoio, dado que existe uma penhora sobre o campo da Portela. Tinha ficado decidido fazer uma reunião. O ACM já cedeu à cidade da Marinha Grande cerca de 600 m2 de terreno, para a execução do passeio e de toda a estrutura envolvente do campo, terreno esse que tem valor imobiliário, e recebeu em troca um terreno “enviesado”, que não lhe serve de nada.
- Pede que seja feita a implementação do regulamento das valências desportivas da Marinha Grande e de distribuição dos tempos pelos clubes, porque há um clube privado a usufruir dos meios públicos tal como os outros clubes, designadamente os mais representativos (SLM e ACM). Pela primeira vez esteve presente numa reunião, onde ficou a saber que não há um regulamento porque é um problema político. Ofereceu-se como voluntário para trabalhar na execução deste regulamento. Não pretende resolver o problema político mas sim a execução do regulamento.

**7 - Sr. Mário Rui Oliveira Matos**, residente na Rua da Warnhagem, s/n, Charneca da Sapinha, Moita, que falou sobre as condições dos esgotos da casa n.º 11 do Bairro do Camarnal, onde reside a sua mãe, com 90 anos e um irmão deficiente. Segundo informou, as sanitas abanam, os autoclismos não funcionam e por vezes os esgotos entopem, o que impede que possam tomar banho. Pediu também que seja mudado o sentido de abertura da porta, para poder dar mais espaço dentro da casa de banho. Atendendo a que este Bairro é da Câmara, sugeriu que se crie uma equipa para fazer estas pequenas reparações e assim dar uma resposta mais rápida aos inquilinos.

**Terminadas as intervenções, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu às questões relacionadas com as suas áreas de atuação.**

Urbanização das Valeiras – no dia em que a D. Sisaltina se inscreveu para o atendimento foi saber em que ponto se encontrava o projeto de saneamento e pode informar que está feito mas há um problema com as águas pluviais que vêm da Rua das Chedas. Não se vai fazer o saneamento doméstico sem resolver o problema do saneamento pluvial. De seguida leu a informação da técnica sobre a elaboração do projeto, referindo que se prevê a

abertura do concurso para o final do mês de novembro. O topógrafo já fez as marcações para o saneamento pluvial, e prevê-se, se tudo correr bem, iniciar a obra no início do ano de 2016.

Sr. José Cantarinhas – quando há mais de 30 anos foi feito o saneamento doméstico de toda a freguesia de Vieira de Leiria, os coletores passaram por terrenos privados, e não sabe se houve ou não autorização dos proprietários. Deduz que houve, senão não teriam autorizado a obra, e por isso julga que as pessoas estariam informadas das consequências. Vai ver a situação, porque se trata de um assunto muito complicado fazer levantar todos os coletores e pô-los a passar pelo espaço público, uma vez que há muitos terrenos a serem atravessados por esses coletores. Se eles estão entupidos é outro problema, que terá que ser visto. O que também acontece é que os coletores pluviais estão ligados para os coletores domésticos, e isso faz com que os coletores entrem em carga e levem na parte mais baixa. Informou o munícipe que entrará em contacto consigo para saber exatamente onde fica o seu terreno para que possa ser verificado o entupimento dos coletores. Relativamente à carta de 2001 que foi apresentada pelo vizinho informou que o assunto aí mencionado não teve andamento, e que actualmente todas as cedências vêm a reunião de Câmara.

Sr. Cristiano Chanoca – relativamente à cedência de terreno informou que a mesma foi negociada com a anterior direção do ACM e veio à Câmara, e com certeza que na documentação do clube terão documentos que atestam o que foi cedido e quais foram as contrapartidas negociadas para a infraestrutura pública de embelezamento daquele local. Na altura foi emitida uma certidão da deliberação, e caso o ACM não a possua pode ser passada uma segunda via.

Sr. Mário Matos – quando foram arranjadas as habitações sociais do novo Bairro do Camarnal, as técnicas perguntaram aos moradores do Camarnal velho se se queriam mudar para o novo, e todos aqueles que quiseram mudaram. A mãe do Sr. Mário talvez não tenha querido mudar. Actualmente há um regulamento de habitação social que impõe deveres à Câmara mas também aos inquilinos. O caso relatado da sanita, que tem que ser chumbada com silicone, é uma obrigação do inquilino (o munícipe ia interrompendo para reclamar). Os serviços da Câmara foram lá duas vezes, não havia entupimento, só a sanita é que estava solta. Não é verdade que a técnica só lá vá uma vez por ano, e as condições de habitabilidade e higiene têm vindo a melhorar. Os nossos serviços fazem o que têm que fazer da parte da Câmara, mas os inquilinos também têm que fazer o que lhes compete.

**O Sr. Presidente respondeu aos seguintes munícipes:**

Sr. Arnaldo Granjeiro – embora o munícipe já não se encontrasse presente na sala, o Sr. Presidente informou que a carta que dirigiu à Câmara se encontra nos serviços jurídicos da autarquia, e que o problema é um assunto entre confinantes e que não tem que ver com a Câmara.

Combatentes da Garcia – tem apresentado várias soluções, mas não está a ver a situação aqui descrita, pelo que vai combinar com o Sr. Aníbal Rosa uma deslocação ao local para ver o muro e as áreas assim como os seus proprietários.

Sr. Juventino Fernandes e Sr. Cristiano Chanoca – entende que é melhor marcar uma reunião, porque a situação está diferente em relação à que estava há um mês atrás. Hoje já não será possível, mas pediu que amanhã entrem em contacto consigo para fazerem essa marcação.

Sr. Mário Matos – já foi respondido pelo Sr. Vereador Paulo Vicente.

O **Sr. Presidente** deu por encerrado o período de atendimento ao público, considerando respondidas todas as questões apresentadas pelos munícipes inscritos, numa tentativa de diálogo para encontrar as melhores soluções.



## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **Antes das intervenções dos Srs. Vereadores, o Sr. Presidente usou da palavra.**

Referiu que, como é sabido, houve um rompimento no compromisso assumido entre a CDU e o PS. O PS, ele próprio e o Sr. Vereador Paulo Vicente entenderam por bem assumir na plenitude a gestão da Câmara Municipal. Falou com os Vereadores dos Movimentos e do PSD assim que chegou de férias, para criar condições para que a CMMG se torne uma Câmara governável e que beneficie os marinhenses, vieirenses e moitenses.

Não lhe interessa falar do passado mas sim do futuro, e por isso está disposto a que haja uma colaboração muito mais eficaz com todos, e a facultar os documentos com mais tempo de antecedência e com possibilidade de discussão prévia para um consenso o mais alargado possível. Entregou ao Sr. Vereador Paulo Vicente o pelouro da Educação e Recursos Humanos, ficando todos os outros pelouros entregues à sua pessoa e ao seu Gabinete de Apoio. Poderá não ser uma solução definitiva, mas não quer prejudicar os marinhenses, vieirenses e moitenses, e está disposto a trabalhar em prol desses interesses e tudo fará para isso.

Tem feito e pedido reuniões com as entidades estatais, de modo a dar resposta às necessidades das populações. As coisas não vão parar, e quer deixar uma palavra de tranquilidade, garantindo que tudo farão para que se continue na senda do progresso a bem da população da Marinha Grande.

No decurso da sua intervenção, distribuiu um documento a todos os Srs. Vereadores, e informou que vai haver financiamento para os pescadores da arte xávega, com a aprovação da candidatura.

Informou ainda que vai ser feita a candidatura para o PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, cuja apresentação prévia já se realizou. Vai também haver um PEDU Regional, com os municípios da Marinha Grande, Leiria e Pombal, e aquilo que se fizer no nosso será refletido no PEDU Regional.

Terminou a sua intervenção afirmando que vai continuar a trabalhar para resolver os problemas da Marinha Grande, cuja comunidade dá sinais de vitalidade.

**O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Relativamente à presença do público, pediu-lhes que nunca desistam de lutar, desde que o intuito seja justo e coerente. Nunca deixem de vir à reunião, que ele estará sempre com eles em tudo o que for necessário.
- ⇒ Relativamente às palavras do Sr. Presidente, disse que sempre colaborou com o executivo, e se a população lhe deu a vitória então devem governar, por isso dá-lhes todo o seu apoio, exigindo que sejam transparentes e leais. Sempre apoiou a coligação, porque entende que a união faz a força. Houve rotura e a situação no concelho será sempre diferente.
- ⇒ Recordou que em 2008 a Câmara era CDU e que em 2009 a Câmara passou a ser PS, nessa altura era candidato e foi eleito, e lembra-se que uma das primeiras medidas foi colocar os Vereadores a falar com os munícipes, e por isso a mesa de reuniões estava noutra posição, porque estão aqui para falar com a população. A propósito citou José Saramago, para chamar a atenção da necessidade de participação de todos, pois seria dramático se todos se abstivessem de participar. Por isso propôs que se mude a posição da mesa ou então que se mude a reunião para o edifício da Resinagem.
- ⇒ Sobre a redução de IML para quem tem filhos, disse que quando falou no assunto o processo era mais burocrático, mas agora está simplificado. A Câmara leva o processo à Assembleia Municipal, é comunicado à Autoridade Tributária e esta vai aplicar aos contribuintes em função do número de filhos. Deste modo perguntou qual é o ponto de situação do requerimento que apresentou.
- ⇒ Perguntou também qual o ponto de situação das instalações dos Bombeiros. Chamou a atenção para o óleo libertado pelas árvores que estraga as viaturas, pelo que se deve ver a situação aproveitando as obras que se irão fazer.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Referiu que nunca tinha havido tantas inscrições de munícipes, o que é bom, e que a Câmara irá com certeza dar seguimento aos problemas apresentados, designadamente sobre o saneamento e a sua manutenção.

- ⇒ Foi dito por um munícipe que enviou uma carta há dois meses e ainda não obteve resposta, e que se trata de um problema não resolvido há 9 anos. Isto preocupa-o, e relembrou que na última reunião de Câmara foi aprovado um Código de Conduta, pelo que espera que seja para cumprir. Se assim for estes problemas aqui apresentados deverão ser eliminados.
- ⇒ Sobre as palavras do Sr. Presidente e a alteração do executivo permanente disse que lhe foi pedida ajuda para colaborar na gestão da Câmara, e aquilo que disse é o que sempre fez: procurar que os munícipes tenham boas soluções. No futuro não vai ser diferente do que foi no passado. Fará como sempre fez, pois foi para isso que foi eleito. Esclareceu ainda que não lhe foram propostos pelouros, por isso não aceitou nem rejeitou pelouros.
- ⇒ Sobre o Parque TIR referiu que foi contactado por várias pessoas sobre a questão dos camiões TIR que estacionam e pernoitam diariamente nas zonas habitacionais. Não existem condições para que pernoitem e por isso parqueiam em zonas de estacionamento de ligeiros, não preparadas para cargas tão grandes. A consequência é o rebentamento frequente de condutas. Para além deste facto é recorrente ver camiões a impedir o acesso às casas. As centenas de camiões que transitam diariamente na nossa terra são bem-vindos e refletem o desenvolvimento da cidade, pelo que temos a obrigação de minimizar a perturbação aos residentes. Deverão ser criadas condições para os camiões e camionistas, pelo que questionou para quando a criação dum parque TIR, ou qual a solução que este executivo permanente apresenta.
- ⇒ Sobre a entrega de manuais escolares disse que as Câmaras Municipais não geram riqueza e o dinheiro que têm vem dos contribuintes. Uma das missões mais nobres de quem governa é saber distribuir pelos munícipes esse dinheiro que lhes foi “emprestado”. Para além de criarem condições de melhoria de qualidade de vida, com rigor deviam procurar reduzir as desigualdades, pedindo a colaboração dos que mais têm e dando aos mais necessitados, para deste modo reduzir as desigualdades. Este é um princípio de cidadania, defendido por quase todos, incluindo socialistas e comunistas. Aqui na reunião ouve-se frequentemente dizer que não há dinheiro, entende que haverá pouco, e assim sendo mais se justifica uma boa gestão e distribuição. Existem situações, que deveriam ser atendidas, mas com o argumento de não haver verbas, não o são. Neste contexto não se entende como esta Câmara gasta 88.000€ em manuais escolares para o 1º ciclo e sem qualquer discriminação positiva os entrega a todos, incluindo os quem têm condições para os adquirir.  
Aos jovens do 2º e 3º ciclo e do secundário, oriundos de famílias carenciadas, não lhes dá a devida atenção. Mesmo jovens com enormes potenciais deixam de estudar, de ir para a universidade, por não terem qualquer apoio autárquico, como outras autarquias fazem. Para além do apoio com manuais deviam também ser apoiados com material escolar ou equipamentos pessoais (fato de ballet, equipamento musical, etc.). É de toda a justiça que se alargue esta iniciativa aos jovens estudantes, atendendo todos os casos em que, comprovadamente, os cidadãos necessitem de ajuda.

Para além do apoio generalizado, este projeto deveria envolver toda a comunidade, passando a iniciativa de oferta a partilha, integrando inclusivamente iniciativas de cidadania já realizadas, como seja o banco de livros, troca de manuais escolares e reforçar e fiscalizar para que os livros não sejam dados, mas emprestados, com o devido retorno dos livros em bom estado no final do ano lectivo, para serem reutilizados por outros.

⇒ Referiu que como estamos no início do ano letivo há algumas questões que o preocupam, pelo que gostaria que o executivo fizesse o ponto de situação quanto às seguintes matérias:

1. Haverá encerramento de escolas?
2. O número de turmas e a oferta formativa (curso vocacionais, profissionais) já se encontram aprovados?
3. Foram realizadas obras nas interrupções letivas? Se foram, quais?
4. As AEC (atividades de enriquecimento curricular) vão iniciar-se no dia 18 de setembro tal como o ano letivo?
5. Todos os transportes estão acautelados (normais e os transportes para os alunos com necessidades especiais)?
6. As atividades de animação e apoio a família (pré-escolar), a componente de apoio à família (1º ciclo) e as refeições: está tudo pronto?

Por último, e neste âmbito, deixou registada uma palavra de apreço para com todos os docentes e discentes que se dedicam de forma extraordinária às crianças e jovens deste concelho, desejando a toda a comunidade educativa um excelente ano letivo. Para as famílias deixou uma palavra de esperança: que o esforço e dedicação que imprimem na educação dos seus filhos se reflita no sucesso escolar e num desenvolvimento pessoal e social daqueles que serão o futuro das nossas gerações, naqueles em que deposita grande confiança porque a educação é a chave do desenvolvimento do país.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Sobre os últimos acontecimentos políticos disse que não se vai alongar, uma vez que o assunto é público. Enquanto Vereadores eleitos pela CDU agiram no cumprimento do que julgam ser correto e por isso serão julgados pelas populações, a quem cabe decidir. O PS tem toda a legitimidade política para tomar a sua posição. Da sua parte estará numa posição de oposição, não de oposição cega, mas de colaborar na resolução dos problemas dos munícipes, tal como já esteve anteriormente.
- ⇒ Sr. Cristiano Chanoca – sobre a questão que levantou sobre o regulamento, informou que ele está pronto para vir à reunião de Câmara e ser aprovado. Não há qualquer problema político, isso terá sido apenas uma afirmação de um funcionário.

- ⇒ Sr. Mário Matos – esteve no local da habitação com o munícipe e a sua mãe, e reconhece que se trata de uma pessoa difícil.
- ⇒ Independentemente das posições políticas, o relacionamento humano deve manter-se, e ficou chocado por ter sido colocado em 20 cm de mesa, aqui na sala de reuniões. Não se importa de ficar de costas, sentado ao lado dos Srs. Vereadores António Santos e Carlos Logrado.
- ⇒ Referiu ainda que deixou de ter e-mail institucional e acesso ao webdoc no dia a seguir à entrega dos pelouros, razão pela qual não respondeu a mais e-mail's. Todos os outros Vereadores têm e-mail's da Câmara e ele não, embora no site do Município esteja divulgado esse e-mail, que já não tem. É uma situação complicada, e o mais grave é saber que alguém poderá ter tido acesso a e-mail's pessoais. É uma situação que não valia a pena ter acontecido, podendo até ser entendida como uma violação de correspondência. Não há aqui inimigos, mas está a colocar o problema porque entende que não havia necessidade, pois independentemente da liberdade de o Sr. Presidente tomar as suas posições políticas, vão continuar a ser amigos e a conviver. Inicialmente não deu muita importância à situação, mas agora, pensando melhor, não lhe parece que houvesse necessidade desta situação.
- ⇒ Por último reafirmou que embora de outra forma, vai continuar a pugnar para a resolução dos problemas das populações, e que não irá inviabilizar seja o que for só por inviabilizar. Irá ter uma postura séria, honesta e digna na resolução dos problemas da Marinha Grande.

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Sobre a questão do e-mail disse que acha que configura um crime, pelo que requereu que lhe seja atribuído um e-mail, e que o acesso lhe seja dado tal como se encontrava, porque havia lá assuntos que lhe foram colocados enquanto Vereadora, com problemas particulares.
- ⇒ Lembrou que no mandato de 2009/2013 os Vereadores da CDU já estiveram na oposição, têm provas dadas na colaboração, sempre que as medidas sejam justas. Sempre foram uma oposição responsável e assim continuarão a ser.
- ⇒ Passadiços do Paiva – foi publicado um artigo na revista Visão, que refere que se trata de um local de romaria da população portuguesa, que em 2 meses atraiu milhares de pessoas ao concelho de Arouca. Foi uma obra participada por fundos comunitários em cerca de 85%. É possível fazer-se o mesmo no nosso concelho, é concretizável e tem sucesso. Trata-se de um projeto temático, que é permanente e atrai pessoas ao concelho.
- ⇒ Sobre a presença dos munícipes referiu que são sempre bem-vindos e que devem colocar os seus problemas, e obviamente que a Câmara tudo fará para os resolver.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Saudou a grande afluência de munícipes e referiu que não lhe parece mal que a reunião seja vista como um grande comício. Só fica um pouco triste, embora se tenha progredido, que ainda não haja fila de espera. Não concorda nada que, em limites razoáveis, não haja interatividade dos eleitos com os munícipes, porque é em resultado desta interatividade que se resolvem os problemas. A forma de fazer tem a ver com a pressão que os munícipes colocam nos eleitos. Embora a base seja boa, os munícipes devem exigir sempre mais, pois é dessa pressão que saem as melhores soluções.
- ⇒ Disse que não gosta da disposição da sala de reuniões, porque a aproximação à população é essencial.
- ⇒ Sobre o executivo, referiu que a dispersão de votos das últimas eleições fazia prever uma ingovernabilidade da Câmara, mas assim não aconteceu, e agora também assim será. É a democracia a funcionar. Encontrou-se uma solução, agora será outra, assim as pessoas o queiram. O governo da Câmara tem atuado de forma positiva, na aproximação às pessoas, mas muito centrado na atividade administrativa, faltando-lhe audácia. Estes dois últimos anos do mandato serão fulcrais. A Câmara tem uma capacidade de investimento de 2 a 3 milhões de euros ano, e com o Portugal 2020 poderá vir a ter uma capacidade de cerca de 25 milhões de euros ano, até porque a Câmara tem as finanças equilibradas, mas terá que ter a audácia de ir mais além.  
Nunca antes aconteceu que toda a oposição tenha votado contra qualquer assunto. A solução de agora é possível, já antes era possível. O peso administrativo da Câmara é muito grande, e para duas pessoas vai ser difícil, é um desafio cómodo para o PS, mas difícil. É preciso que o executivo seja audaz, que vá mais além, porque agora vai haver muito dinheiro.

**O Sr. Vereador Paulo Vicente referiu o seguinte:**

- ⇒ Esta solução governativa proposta pelo Sr. Presidente foi aceite, por isso aceitou o pelouro da Educação, com exceção dos transportes escolares, e o dos Recursos Humanos. Espera ter capacidade e a colaboração de todos, porque o trabalho é acrescido aos pelouros que já tinha.
- ⇒ IMI – a CIMRL vai fazer sair uma posição conjunta de todos os municípios, porque se trata de uma medida cega e não se sabe qual vai ser o impacto nos municípios. Convém saber que a CMMG é talvez a única que tem a taxa de IMI reduzida ao mínimo.
- ⇒ Bombeiros – ao alargar o canteiro, o muro vem mais para trás e os carros não serão atingidos pelas copas das árvores. A obra está adjudicada, assim como também está a regularização do muro da casa do Arqt.<sup>o</sup> Norberto Barroca.

- ⇒ Parque TIR – é uma intenção da Câmara, seria na Zona Industrial, em frente à ETAR, mas neste momento não tem informação sobre o ponto de situação do projeto. Vai ver e depois dará informação.
- ⇒ Livros escolares – é uma discussão que já se teve anteriormente. Compete às autarquias o 1.º ciclo e o pré-escolar, e a Câmara optou por oferecer os livros a todos os alunos, dado que a Constituição diz que a saúde e a educação devem ser tendencialmente gratuitos. Vai-se continuar a dar, é uma iniciativa de há seis anos, ao mesmo tempo que se mantêm os valores dos apoios para os alunos carenciados. O Ministério da Educação que assuma a responsabilidade do 2.º e 3.º ciclo, tal como as autarquias estão a assumir para o 1.º ciclo e pré-escolar, ou então que transfira para as Câmaras as verbas.
- ⇒ Início do ano letivo - informou que reuniu com a Chefe da DCD e com as empresas que ganharam os concursos da alimentação escolar e as AEC's. A Câmara irá ser muito rigorosa na fiscalização da alimentação, pois quer qualidade para as crianças. Vai haver uma outra empresa que vai acompanhar as refeições. Teve também uma reunião com os diretores dos agrupamentos e pode garantir que não há qualquer constrangimento no concelho para a abertura do ano escolar.
- ⇒ Questões colocadas pelo Sr. Vereador Aurélio – informou que não vai fechar nenhuma escola. Fecharam salas: uma sala de pré-escolar na Praia da Vieira, e na escola Francisco Veríssimo não irá abrir uma sala. O Agrupamento Nascente ainda tem algumas situações de não aprovação de algumas turmas constituídas. Vai abrir mais uma sala de pré-escolar na escola João Beare.  
Sobre as obras referiu que se encontram controladas, embora no mês de agosto seja difícil, com o fecho das empresas para férias. A escola Francisco Veríssimo vai abrir dia 21 de setembro e as obras estarão prontas antes. Também vai haver obras no Engenho, e a cantina estará pronta na abertura das aulas, apenas falta aplicar o piso, que será feito num fim-de-semana.  
As AEC's vão funcionar com o início das aulas, os transportes escolares estão assegurados, e não se prevê qualquer percalço na abertura do ano escolar. A colocação de professores também parece estar estabilizada. Depois, ao longo do ano letivo, irá dando mais informações.
- ⇒ E-mail's dos Srs. Vereadores – dado que soube da entrega dos pelouros às 16:00 horas e o Sr. Presidente se encontrava de férias, telefonou de imediato aos Vereadores e ao Presidente da Assembleia Municipal e fez um e-mail para a Informática a pedir para bloquear os e-mail's institucionais. Pensa que ninguém teve acesso a nada, e os Srs. Vereadores estão autorizados a consultar os e-mail's junto da Informática, e terão um e-mail tal como todos os outros Vereadores. A medida que tomou, como Vice-Presidente, foi uma medida cautelar, e ninguém violou a correspondência.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** perguntou o que é que o Sr. Vice-Presidente pretendia acautelar com esta medida?

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que a Sr.<sup>a</sup> Vereadora abandonou as suas funções e nessa medida poderia ter no e-mail assuntos que já não lhe diriam respeito.

A **Sr.<sup>a</sup> Vereadora** referiu que antes de entrar de férias tinha feito um despacho para a montagem de um banco de livros para empréstimo na Biblioteca Municipal. Deu as instruções à Chefe da DCD, mas ficou sem qualquer informação ou *feedback* e por isso não sabe se funcionou. O Presidente do SOM até se tinha oferecido como voluntário para dinamizar a iniciativa.  
Sobre a vigilância das cantinas referiu que era uma medida que já estava pensada e acutelada.

**O Sr. Presidente informou o seguinte:**

- ⇒ Parque TIR – o assunto está a ser acompanhado e estudado, mas os técnicos que a Câmara tem são poucos.
- ⇒ Portugal 2020 – dirigiu-se ao Sr. Vereador Carlos Logrado dizendo que é preciso uma demagogia muito grande para dizer que há verbas, porque como deve saber as autarquias, e nós próprios, vamos ter muito poucas hipóteses de fazer qualquer coisa. Antes que se avance o assunto será discutido com os Vereadores, mas a certeza é que o dinheiro é curto, embora as autarquias tenham sido quem mais poupou na despesa pública.

O **Sr. Vereador António Santos** perguntou como é que ficava a sua proposta de mudar a mesa das reuniões?

**Por decisão unânime, a posição da mesa irá ser alterada.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:45 horas às 12:00 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

**2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 19, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE AGOSTO DE 2015**

568 - Presente a ata n.º 19, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 13 de agosto de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - REQ. N. 982/15, DATADO DE 16/07/2015 – PC N.º 98/15, DATADO DE 01/04/2015 – ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA BAROSA**

569 - Presente requerimento n.º 982/15, datado de 2015/07/16, constante do processo camarário n.º 98/15, subscrito por **ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA BAROSA**, com o NIF 120235250, com residência no Beco dos Outeiros, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Legalização e ampliação de moradia e muros de vedação*” existentes, localizada num prédio urbano sito no Beco dos Outeiros, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6453, e inscrito na respetiva matriz sob o número 5415. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/08/11, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Legalização e ampliação de moradia e muros de vedação*” existentes, localizada num prédio urbano sito no Beco dos Outeiros, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6.453, e inscrito na respetiva matriz sob o número 5.415, com o número de processo 98/15, com data de entrada em 2015/04/01, apresentado por ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA BAROSA, com o NIF 120235250, com residência no Beco dos Outeiros, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismos da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**4 - REQ. N. 1173/15, DATADO DE 20/08/2015 – PC N.º 136/15, DATADO DE 29/04/2015**  
**– PEDRO NUNO FERREIRA DINIS**

570 - Presente requerimento n.º 1173/15, datado de 2015/08/20, constante do processo camarário n.º 136/15, subscrito por PEDRO NUNO FERREIRA DINIS, com o NIF n.º 213500086, com residência em Rua Vila Real de Santo António, n.º 40, r/c esq., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, a levar a efeito num prédio sito no lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4.355, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 888, da freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2015/08/14, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2015/08/31, relativo aos projetos das especialidades apresentados.

**Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”, a levar a efeito num prédio sito no lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4.355, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 888, com o número de processo 136/15, com data de entrada em 2015/04/29, apresentado por PEDRO NUNO FERREIRA DINIS, com o NIF n.º 213500086, com residência na Rua Vila Real de Santo António, n.º 40, r/c esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.**
- 2. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com as vias públicas (Rua Cidade da Praia e Rua Cidade de São Tomé), com a largura de 1.60m, devendo a curvatura (concordância) entre os dois o passeios/muros de vedação contíguos aos dois arruamentos, apresentar um raio igual ou superior a 5.00m. Os materiais a aplicar nos passeios deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, calçada em calcário com as dimensões de 0,05mx0,05mx0,05m, após execução de uma base em “Tout-Venant” com 0,15m de espessura. O lancil deverá se em calcário, com as dimensões de 0,13m (largura à vista)x0,25m/0,20m (altura)x0,13m (largura da base), garantindo-se o remate entre o passeio e o pavimento existente.**
- 3. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 89,00m², ao longo das frentes do prédio confinantes com as Ruas Cidade da Praia e Cidade de São Tomé,**

conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à planta de *"Implantação - Desenho n.º 1A"*, entregue a coberto do requerimento n.º 136//15, de 2015/07/14, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

4. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea *a)* do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

5. Aquando da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N. 910/15, DATADO DE 30/06/2015 – PC N.º 184/15, DATADO DE 04/06/2015 – LUÍS ADRIANO VASCONCELOS MARQUES TOSCANO e CATARINA DOMINGUES CONTENTE**

571 - Presente requerimento n.º 910/15, datado de 2015/06/30, constante do processo camarário n.º 184/15, subscrito por LUÍS ADRIANO VASCONCELOS MARQUES TOSCANO E OUTRA, com o NIF 187144419 e CATARINA DOMINGUES CONTENTE, com o NIF 209464909, residentes na Rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense, n.º 224, letra "E", 2.º Dt.º, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da obra de "Remodelação de muro de vedação"**, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Joaquim Marques Nobre (antiga Rua 3), n.º 10, lugar de Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.857, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 8.994, da freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/08/17, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de **"Remodelação de muro de vedação"**, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua Joaquim Marques Nobre (antiga Rua 3), n.º 10, lugar de Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.857, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 8.994, com o número de processo 184/15, com data de entrada em 2015/06/04, apresentado por LUÍS ADRIANO VASCONCELOS MARQUES com o NIF 187144419 e CATARINA DOMINGUES CONTENTE, com o NIF 209464909, residentes na Rua Filarmónica Amieirinhense, n.º 224, letra "E", 2.º Dt.º, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

**Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismos da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao correto acabamento da obra.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N. 978/15, DATADO DE 16/07/2015 – PC N.º 184/14, DATADO DE 30/05/2014 – ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO, MARIA GRACIETE DA SILVA CALADO e MARIA ISABEL DA SILVA CALADO**

572 - Presente requerimento n.º 978/15, datado de 2015/07/16, constante do processo camarário n.º 184/14, subscrito por **ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO**, com o NIF 216914531, residente na Rua das Flores, n.º 4, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, **MARIA GRACIETE DA SILVA CALADO**, com o NIF 116963514, residente na Rua dos Pimentas, n.º 5-A, Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande e **MARIA ISABEL DA SILVA CALADO**, com o NIF 114148759, residente na Rua João Pereira Venâncio, n.º 249, 2.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de alterações ao licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de moradia”*, incidente sobre dois prédios, um rústico e outro urbano, sítos na Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 115 e 19670, e inscritos na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 8800, e na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 7157, respetivamente, para o qual foi atribuído o alvará de obras de legalização e alteração n.º 24/15, datado de 2015/04/21. Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/08/18, que refere que o projeto de alterações ao projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise do pedido de alterações ao licenciamento da *“Legalização da alteração e ampliação de moradia”* existente, incidente sobre dois prédios, um rústico e outro urbano, sítos na Rua das Laranjeiras, n.º 12, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 115 e 19670, e inscritos na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 8800, e na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 7157, respetivamente, com o número de processo 184/14, com data de entrada em 2014/05/30, apresentado por ANTÓNIO FERNANDO DA SILVA CALADO, com o NIF 216914531, residente na Rua das Flores, n.º 4, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, MARIA GRACIETE DA SILVA CALADO, com o NIF 116963514, residente na Rua dos Pimentas, n.º 5-A, Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande e MARIA ISABEL DA SILVA CALADO, com o NIF 114148759, residente na Rua João Pereira Venâncio, n.º 249, 2.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de**

setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 1067/15, DATADO DE 04/08/2015 – PC N.º 72/15, DATADO DE 16/03/2015 – LICÍNIO DA GRAÇA CATARRO**

573 - Presente pedido formulado pelos requerimentos com os registos de entrada n.º338/15, n.º 896/15 e n.º 1067/15, datados de 2015/03/16, de 2015/06/25 e de 2015/08/04, respetivamente, relativo ao pedido de licenciamento de obra de construção de muro de vedação, no prédio sito na Rua do Olho Ferrado, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.274 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 4.642, com processo n.º 72/15, apresentado por LICÍNIO DA GRAÇA CATARRO, com o NIF 177195282, residente na Rua do Olho Ferrado, n.º 15, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2015/07/13 e de 2015/08/28, que atestam estar o projeto apto para aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento de obra de construção de muro de vedação, no prédio sito na Rua do Olho Ferrado, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.274 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 4.642, a que corresponde o processo camarário n.º 72/15, apresentado por LICÍNIO DA GRAÇA CATARRO, com o NIF 177195282, residente na Rua do Olho Ferrado, n.º 15, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, considerando os pareceres técnicos datados de 2015/07/13 e de 2015/08/28, que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata do projeto e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

**3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**8 - REQ. N. 948/15, DATADO DE 09/07/2015 – PC N.º 232/15, DATADO DE 09/07/2015  
– DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES**

574 - Presente requerimento n.º 948/15, datado de 2015/07/09, subscrito por **DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES**, com o NIF 220962529, com morada em Avenida 1.º de Maio, n.º 189-A, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 232/15, referente ao “*Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela*”, a incidir sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 14.942, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5254, com a área total de 935,00m2, localizado no gaveto da Rua da Fonte Velha, n.º 13 com a Rua Jornal da Marinha Grande, lugar de Embrá, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2015/08/18, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 466,00 m2, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

**Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2015/08/18, a Câmara delibera mandar emitir a certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por se ter verificado que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 466,00 m2, reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, dado o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 14.942, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5254, com a área total de 935,00m2, localizado no gaveto da Rua da Fonte Velha, n.º 13 com a Rua Jornal da Marinha Grande, lugar de Embrá, freguesia e concelho de Marinha Grande, se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público.**

**Mais delibera que na certidão a emitir deve constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do citado artigo 6.º, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

**9 - REQ. N. 1005/15, DATADO DE 22/07/2015 – PC N.º 94/07, DATADO DE 26/02/2007  
– MORGADO RUIVO & FILHOS-CONST.CIVIS, LDA**

575 - Presente requerimento n.º 1005/15, datado de 22/07/2015, apresentado por **MORGADO RUIVO & FILHOS-CONST.CIVIS, LDA.**, com o NIPC 501514546, como sede na Rua da Relvinha, n.º 11, Boa Vista, União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista, concelho de Leiria, relativo a **pedido de ocupação da via pública** com grua, numa área de 25,00 m², para apoio na execução dos trabalhos referentes à obra de construção de edifício de habitação, a executar na Rua Gervásio José Birne, lote 5, freguesia e concelho da Marinha Grande, licenciada no âmbito do processo n.º 94/07, para o qual foi emitido o alvará de licença de construção n.º 61/10, emitido em 06/05/2010, válido até 15/04/2018, dispondo de parecer técnico dos Serviços de Fiscalização a enquadrar devidamente a pretensão.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer dos serviços de fiscalização que sobre ela recaíram, a Câmara delibera DEFERIR o pedido de ocupação de via pública com grua, numa área de 25,00 m², para apoio na execução dos trabalhos referentes à obra de construção de edifício de habitação, a executar na Rua Gervásio José Birne, lote 5, freguesia e concelho da Marinha Grande, licenciada no âmbito do processo n.º 94/07, para o qual foi emitido o alvará de licença de construção n.º 61/10, emitido em 06/05/2010, válido até 15/04/2018, por um período de 1 ano, apresentado por MORGADO RUIVO & FILHOS-CONST.CIVIS, LDA., com o NIPC 501514546, como sede na Rua da Relvinha, n.º 11, Boa Vista, União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista, concelho de Leiria, devendo ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N. 1203/15, DATADO DE 26/08/2015 – PC N.º 283/15, DATADO DE 17/08/2015  
– GALLOVIDRO, SA**

576 - Presente pedido com o registo n.º 1203/15, datado de 26/08/2015 relativo a emissão de licença de atividade ruidosa, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7064 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2933, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por **GALLOVIDRO, SA**, com o NIPC 501 665 706, com sede na rua Vieira de Leiria, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 28/08/2015.

Após a análise do pedido, considerando que:

- 1.- A unidade industrial em causa situa-se em área urbana, com habitações a cerca de 50,0 m de distância da área de intervenção;
- 2.- Prevê-se que o início da operação se efetue a 15 de setembro e que se prolongue até 30 desse mês, durante um período de 15 dias;
- 3.- O início do ano escolar encontra-se previsto para 21 de setembro;
- 4.- A empresa é uma das três unidades industriais de referência na produção de vidro de embalagem no concelho da Marinha Grande, instalada no presente local desde a sua fundação em 1899;
- 5.- Emprega diretamente cerca de 300 pessoas, que dela dependem financeira e economicamente;
- 6.- Apresenta uma faturação anual de cerca de 60.000.000,00 €, dos quais entre 75 e 80 % se destinam ao mercado externo;
- 7.- A operação em causa visa melhorar a eficiência energética e ambiental da unidade de produção, reduzindo os efluentes produzidos e os custos ambientais da unidade industrial, com a melhoria das condições ambientais da sua envolvente, nomeadamente ao nível do ruído e das emissões gasosas;
- 8.- O estado de conservação do forno atual implica a sua reparação ou substituição, por razões de segurança, a curto prazo, devendo tal operação ser devidamente programada, acautelando as questões inerentes à boa execução dos trabalhos a executar.

**A Câmara Municipal delibera:**

**Aprovar a emissão de licença de atividade ruidosa, para a execução dos trabalhos relativos a obras de “reparação e reconstrução de forno industrial”, a levar a efeito na unidade industrial da Gallovidro, SA, sita na Rua de Vieira de Leiria, n.º 1, Marinha Grande no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7064 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2933, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por GALLOVIDRO, SA, com o NIPC 501 665 706, com sede na Rua Vieira de Leiria, n.º 1, freguesia e concelho da Marinha Grande, a abrigo da alínea b) do art. 3.º, da alínea a) do art. 14.º e do art. 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17/01, com os seguintes condicionalismos:**

- 1.- Deve respeitar-se nos recetores sensíveis o valor limite do indicador *L<sub>Aeq</sub>* do ruído ambiente exterior de 60 dB(A) no período do entardecer e de 55 dB(A) no período noturno;
- 2.- A operação deve acautelar, sempre que possível, a concentração das atividades de maior ruído durante o período diurno.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**11 - REQ. N. 997/15, DATADO DE 20/07/2015 – PC N.º 45/15, DATADO DE 16/02/2015 – CARLOS FIGUEIREDO DINIS**

577 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 997/15 de 20/07/2015, apresentado por CARLOS FIGUEIREDO DINIS, com o NIF 101398530, residente em Rua da Sede, n.º 2,

freguesia de Ranhados, concelho de Viseu, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua da Foz, n.º 44 a 46, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, objeto de obras de alteração licenciadas no âmbito do processo camarário n.º 244/10 e objeto de obras de legalização de demolição licenciadas no âmbito do processo n.º 45/15.

Presente parecer técnico datado 14/08/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor e alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito Rua da Foz, n.º 44 a 46, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, propriedade de CARLOS FIGUEIREDO DINIS, com o NIF 101398530, residente em Rua da Sede, n.º 2, freguesia de Ranhados, concelho de Viseu, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Fiscal Tomé Braz**
- 2) Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N. 1117/15, DATADO DE 12/08/2015 – PC N.º 375/14, DATADO DE 28/10/2014**  
**– JOSE AUGUSTO PIEDADE CARREIRA**

578 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1117/15/15 de 12/08/2015, apresentado por **JOSE AUGUSTO PIEDADE CARREIRA**, com o NIF 111377420, residente em Rua dos Outeirinhos, n.º 18, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua dos Outeirinhos, n.º 18, freguesia e

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

concelho de Marinha Grande, objeto de obras de alteração e ampliação (legalização) licenciadas no âmbito do processo camarário n.º 375/14.

Presente parecer técnico datado 14/08/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito Rua dos Outeirinhos, n.º 18, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de JOSE AUGUSTO PIEDADE CARREIRA, com o NIF 111377420, residente em Rua dos Outeirinhos, n.º 18, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Fiscal Tomé Braz**
- 2) Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - REQ. N. 1156/15, DATADO DE 18/08/2015 – PC N.º 275/14, DATADO DE 30/07/2014**  
**– RAUL AUGUSTO DE SOUSA BATALHA**

579 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1156/15 de 18/08/2015, apresentado por **RAUL AUGUSTO DE SOUSA BATALHA**, com o NIF 136112099, residente em Estrada de Leiria, n.º 39, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Travessa Particular Laura Roberto, n.º 9, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de alteração (legalização) licenciadas no âmbito do processo camarário n.º 275/14.

Presente parecer técnico datado 20/08/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Travessa Particular Laura Roberto, n.º 9, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de RAUL AUGUSTO DE SOUSA BATALHA, com o NIF 136112099, residente em Estrada de Leiria, n.º 39, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Arquiteto Ricardo Santos  
Engenheiro Rui Vicente  
Fiscal Tomé Braz
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1138/15, DATADO DE 14/08/2015 – PC N.º 238/12, DATADO DE 13/08/2012 – TERESA CAETANO TOJEIRA FERREIRA

580 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1138/15 de 14/08/2015, apresentado por TERESA CAETANO TOJEIRA FERREIRA, com o NIF 132565196, residente em Rua da Mata, n.º 18, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua da Mata, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, legalizado no âmbito do processo camarário n.º 238/12.

Presente parecer técnico datado 20/08/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Mata, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de TERESA CAETANO

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

**TOJEIRA FERREIRA, com o NIF 132565196, residente em Rua da Mata, n.º 18, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Fiscal Tomé Braz**
- 2) Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - REQ. N. 1074/15, DATADO DE 05/08/2015 – PC N.º 314/12, DATADO DE 23/10/2012 – MARIA HELENA MENDES VINAGRE DE SOUSA ARTILHEIRO**

581 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1074/15 de 05/08/2015, apresentado por **MARIA HELENA MENDES VINAGRE DE SOUSA ARTILHEIRO**, com o NIF 121103714, residente em Rua 10 de junho, n.º 8, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua da Figueira do Gomes, n.º 18, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 314/12.

Presente pareceres técnicos datados de 27/08/2015 e de 28/08/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, em virtude de se ter verificado o registo de alterações em obra à cota de soleira da edificação, sem apresentação do competente processo de licenciamento das alterações.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e as referidas informações e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Figueira do Gomes, n.º 18, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, propriedade de **MARIA HELENA MENDES VINAGRE DE SOUSA ARTILHEIRO**, com o NIF 121103714, residente em Rua 10 de junho, n.º 8, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

**1) Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

**2) Membros suplentes**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Fiscal Tomé Braz**

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**16 - REQ. N. 1220/15, DATADO DE 28/08/2015 – PC N.º 305/15, DATADO DE 28/08/2015**  
**– JOSE JESUS VIEIRA**

582 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1220/15 de 28/08/2015, apresentado por **JOSE JESUS VIEIRA**, com o NIF 174623097, com morada em 6 Villa Margueritte, 9400 S.T. Maur – France, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua da Panificadora, n.º 25, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 1273 de 1958, titulada pelo alvará de construção n.º 300, emitido em 18/08/1958.

Presente parecer técnico datado de 28/08/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e as referidas informações e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Panificadora, n.º 25, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de JOSE JESUS VIEIRA, com o NIF 174623097, com morada em 6 Villa Margueritte, 9400 S.T. Maur – France, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Nuno Fernandes**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

**2) Membros suplentes**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Fiscal Tomé Braz**

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**17 - E/5776/2015 : REQUER VISTORIA A OBRAS NA MORADIA CONTÍGUA À SUA, QUE LHE ESTÃO A PROVOCAR INFILTRAÇÕES NAS SUAS PAREDES. – ESMERALDINA INÊS DA SILVA**

583 - Presente requerimento registado sob o n.º E/5776/2014, datado de 01/07/2015, apresentado **ESMERALDINA INÊS DA SILVA**, com o NIF 103876685, residente em Rua dos Francos, n.º 127-A, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a verificação da existência de infiltrações e danos nas paredes na sua habitação, alegadamente com origem nas obras da casa ao lado, ou seja, na Rua dos Francos, n.º 127. Presente parecer dos serviços, datado de 06/08/2015, sobre o assunto. Após análise pedido e da informação datada de 06/08/2015, a Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua dos Francos, n.º 127-A, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade apresentado **ESMERALDINA INÊS DA SILVA**, com o NIF 103876685 residente na mesma morada, bem como ao imóvel adjacente, sito na Rua dos Francos, n.º 127, propriedade de Cátia Raquel Martinho Beja dos Santos, residente nesta mesma morada., para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e/ou salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário. DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 17/09/2015, pelas 14h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Dra. Eunice Marques**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

**Membros suplentes:**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Engenheiro Vasco Fernandes**

**NOTIFICAR a proprietária da habitação adjacente à moradia objeto da reclamação, para estar presente na vistoria em causa, face à eventual necessidade de acesso, pela comissão à sua moradia, para verificação dos factos alegados pelo requerente.**

**INFORMAR a requerente, bem como a proprietária do imóvel adjacente, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**18 - REQ. N. 244/15, DATADO DE 26/02/2015 – PC N.º 76/2015, DATADO DE 26/02/2015 – SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA**

O Sr. Presidente retirou o processo da ordem do dia, a pedido dos Srs. Vereadores, para que seja pedido parecer à CCDRC no sentido de saber, tendo em conta que se trata de uma coletividade com interesse público municipal, se é possível regularizar a sua situação no âmbito do DL n.º 165/2014, de 5 de novembro.

**19 - REQ. N. 1229/15, DATADO DE 28/08/2015 – PC N.º 59/14, DATADO DE 26/02/2014 – TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA**

584 - Presente processo de licenciamento relativo a **obras de demolição de instalações fabris**, a levar a efeito na Rua Pires de Campos, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, sob o n.º 3.057 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.325, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, apresentado por **TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA**, portadora do NIPC 504 086 685, com sede na Avenida do Brasil, n.º 1, 9º, freguesia de Alvalade e concelho de Lisboa, aprovado em reunião de Câmara de 19/06/2014, para o qual foi emitido o alvará de obras de demolição n.º 86/14.

Presente informação datada de 28/08/2014, sobre a resposta dada pela sociedade requerente, em sede de audiência prévia, alegando que nada tem a opor sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e considerando que:**

- 1- A empresa interessada, TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA, portadora do NIPC 504 086 685, com sede na Avenida do Brasil, n.º 1, 9.º, freguesia de Alvalade e concelho de Lisboa, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento de obras de demolição de instalações fabris, a levar a efeito na Rua Pires de Campos, em Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, sob o n.º 3.057 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.325, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 19/06/2014, através do ofício n.º 690/14, de 24/06/2014, rececionado em 25/06/2014.
- 2- A 26/09/2014 foi solicitada a emissão do alvará de licença de obras, o qual foi emitido, com o n.º 86/14, a 22/10/2014.
- 3- O prazo para conclusão das obras apresenta o seu termo a 21 de abril de 2015.
- 4- A 20 de abril de 2015 a requerente solicitou a prorrogação do prazo inicial, ao abrigo do n.º 5 do artigo 58.º do RJUE, por mais dois meses, o que lhe foi aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 30/04/2015.
- 5- Esta prorrogação estendeu o prazo de execução das obras até 21 de junho de 2015.
- 6- Em deslocação ao local verificou-se não terem as obras sido concluídas.
- 7- A não conclusão das obras no prazo constante do respetivo alvará implica a caducidade da licença, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
- 8 – Por deliberação camarária tomada na reunião de 13/08/2015, foi determinado notificar a sociedade requerente para, em sede de audiência prévia, se pronunciar sobre a intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal datada de 19/06/2014, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do mencionado RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, por não terem sido concluídos os trabalhos dentro do prazo fixado na licença, constante no alvará de obras de demolição n.º 86/14, emitido em 22/10/2014, cuja validade terminou em 21/04/2015, tendo sido concedido o prazo de 10 dias úteis para o efeito;
- 9 – A sociedade requerente em resposta à audiência prévia, comunicada através do nosso ofício n.º 737/15, datado de 17/08/2015, veio em 28/08/2015 comunicar que nada tem a opor à declaração de caducidade da licença (e-mail registado sob o requerimento n.º 1229/15);

Verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de obras de demolição n.º 86/14, emitido em 22/10/2014, cuja validade terminou em 21/04/2015, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo n.º 5 do referido artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, delibera DECLARAR A CADUCIDADE do licenciamento referente ao processo n.º 59/14, apresentado por TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA, portadora do NIPC 504 086 685, com sede na Avenida do Brasil, n.º 1, 9.º, freguesia de Alvalade e concelho de Lisboa, relativo à obra de demolição de instalações fabris, a levar a efeito na Rua Pires de Campos, em Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

da Marinha Grande, sob o n.º 3.057 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.325, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º, por não ter concluído as obras no prazo fixado na licença e constante no respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**20 - REQ. N. 1094/15, DATADO DE 07/08/2015 – PC N.º 59/14, DATADO DE 26/02/2014  
– TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA**

585 - Presente processo de licenciamento relativo a **obras de demolição de instalações fabris**, a levar a efeito na Rua Pires de Campos, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, sob o n.º 3.057 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.325, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, apresentado por **TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA**, portadora do NIPC 504 086 685, com sede na Avenida do Brasil, n.º 1, 9º, freguesia de Alvalade e concelho de Lisboa, aprovado em reunião de Câmara de 19/06/2014, para o qual foi emitido o alvará de obras de demolição n.º 86/14.

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, registado sob o requerimento n.º 1094/15, datado de 07/08/2015.

Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de obras de demolição n.º 86/14, emitido em 22/10/2014, cuja validade terminou em 21/04/2015, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 28/08/2015.

**Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:**

**CONCEDER A LICENÇA ESPECIAL PARA CONCLUSÃO DA OBRA** ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE-Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, em virtude das obras de demolição de edifício – instalações fabris desativadas, a que foi atribuído o número de processo 59/14, incidente sobre um prédio sito Rua Pires de Campos, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, sob o n.º 3.057 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 3.325, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, apresentado por **TUBOFURO - TUBOS EM PVC SA**, portadora do NIPC 504 086 685, com sede na Avenida do Brasil, n.º 1, 9º, freguesia de Alvalade e concelho de Lisboa, terem já atingido um elevado grau de execução, atendendo ao interesse manifestado na conclusão da obra, através da apresentação do presente pedido de licença especial para obras

inacabadas, e considerando que se trata de uma obra de demolição de um imóvel em estado de ruína.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**21 - E/6942/2015, DATADA DE 21/08/2015 - AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE VALA NA RUA DOS COELHOS - PERO NETO - CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**

586 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/6942/2015, datado de 21/08/2015, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, com o NIPC 501145923, para abertura de vala numa extensão de 20,00 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica (ramal da EDP), a levar a cabo em **Rua dos Coelhoos, lugar de Pero Neto**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente documento emitido pela EDP, concessionária do serviço público de energia elétrica, a atribuir qualificação à sociedade requerente para realização de obras na rede de distribuição de energia elétrica da EDP Distribuição.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 25/08/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 20,00 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Energia Elétrica, apresentado por **CANAS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.**, com o NIPC 501145923 a levar a cabo em **Rua dos Coelhoos, lugar e Pero Neto**, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMG), em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**22 - REQ. N. 1175/15, DATADO DE 20/08/2015 – PC N.º 287/2015, DATADO DE 06/08/2015 – VIDROMECAÂNICA-METALOMECAÂNICA VIDREIRA, LDA**

587 - Presentes requerimentos com registo de entrada n.º 1092/15 e 1175/15 datados de 06-08-2015 e 20-08-2015, respetivamente, em nome de **Vidromecânica-Metalomecânica Vidreira, Lda**, com o NIPC 501630341, com sede na rua Central, n.º 22, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial sito na mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, a sociedade Vidromecânica-Metalomecânica Vidreira, Lda, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial, sito na rua Central, n.º 22, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade Vidromecânica – Metalomecânica Vidreira, Lda, se dedica ao desenvolvimento, construção e montagem de equipamentos eletromecânicos e mecânicos, destinados à indústria vidreira, no seu estabelecimento industrial, sito na rua Central n.º 22, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande;
- Esse estabelecimento possui uma área total de construção de 4.578,00 m2 e encontra-se implantado num prédio com 18.320,00 m2;
- A requerente pretende ampliar a área daquelas instalações, em mais 1.510,00 m2, passando a mesma a perfazer um total de 6.088,00 m2;
- Face à área do terreno, de 18.320,00 m2, o índice de construção bruto será, após a ampliação pretendida, de 0,33, pelo que violará o n.º 10 do artigo 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande;

- A empresa iniciou a sua atividade em 1984 com 4 trabalhadores e possui na atualidade 39;
- A ampliação em causa destina-se a instalar uma máquina de corte a laser, com dimensões superiores a 20 m de comprimento e 5 m de largura não tendo sido, ainda, adquirida por as instalações atuais não possuem espaço suficiente para a sua colocação;
- Essa máquina permitirá à empresa acompanhar a evolução técnica, aumentar a sua produtividade, a qualidade dos seus produtos e consequentemente, ganhos de produtividade;
- Segundo a interessada o espaço das suas instalações é insuficiente, não só para colocar a máquina em apreço, como também para colocar novos trabalhadores;
- A requerente necessita de aumentar, de imediato, o seu número de trabalhadores em 20%;
- As circunstâncias, acabadas de referir, impedem que sejam aceites mais encomendas e obrigam a que a empresa recorra à subcontratação;
- Este tipo de contratação, para além de trazer custos acrescidos, não oferece as mesmas garantias de qualidade que o produto por si fabricado, podendo, em última instância, pôr em causa a imagem da empresa;
- A aposta na qualidade tem sido uma constante, manifestada, por exemplo na sua certificação de acordo com a norma ISO 9001, referente a sistemas de gestão de qualidade;
- O seu mercado é constituído por mais de 50 países, localizando-se os principais na Europa, América Central e do Sul, Médio Oriente e Ásia;
- Esta diversidade de mercados permite-lhe uma menor exposição às crises económicas;
- De acordo com a interessada a sua empresa é líder mundial no desenvolvimento e fornecimento de linha de têmpera para vidro de mesa, sendo que a primeira linha de têmpera metálica fabricada no mundo, que utilizou aquecimento por radiação e convecção, foi desenvolvida e fornecida por ela;
- A inovação e o progresso tecnológico são lemas desta empresa, que aposta no capital humano qualificado, sendo disso exemplo os 12 trabalhadores licenciados que estão ao seu serviço;
- Esse progresso depende também do crescimento físico das instalações industriais;
- Exporta, em média, cerca de 70% da sua produção;
- A deslocalização da empresa e a criação, noutro lugar, de idênticas condições às atuais, trar-lhe-ia avultados custos financeiros;
- A empresa, ao ampliar as suas instalações, está a permitir a criação de novos postos de trabalho, a possibilitar o aumento da produtividade e da qualidade dos seus produtos e, consequentemente, a permitir que a Marinha Grande seja associada, quer no mercado interno, quer nos mercados internacionais, a um concelho empreendedor e dinâmico, todas circunstâncias de inegável interesse público municipal;

**Por todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial, sito na rua Central, n.º 22, Garcia, freguesia e**

concelho da Marinha Grande, propriedade de VIDROMECAÂNICA-METALOMECAÂNICA VIDREIRA, LDA, com o NIPC 501630341 e com sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante ao índice de construção”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Camara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com mais de 30 anos e 39 trabalhadores, exportando produtos inovadores e tecnologicamente evoluídos para mais de 50 países, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

*Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Camara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”*

No âmbito da discussão destes processos, o Sr. Vereador António Santos referiu o seguinte:

*“Perante uma lei aprovada pela AR, criar critérios de índole meramente administrativos para o reconhecimento de interesse público municipal, é o mesmo que estar a criar constrangimentos ao desenvolvimento, em sentido lato, das empresas.*

*Enquanto outros concelhos, cativam o aparecimento de empresas, nós aqui, no nosso concelho, queremos criar critérios que mais não são entraves para que se mantenham no nosso tecido empresarial.*

*Se uma empresa solicitasse que lhe fosse aplicado o princípio plasmado na lei 165/2014, e se esse mesmo pedido fosse indeferido, não com base nos pressupostos da lei suprarreferenciada, mas em simples critérios administrativos, despidos de essencialidade formal, esse indeferimento não tinha qualquer valor para o direito. Era um indeferimento anulável.*

*Ainda, depois deste tempo todo, não consegui perceber (ou talvez sim) o alcance da criação de tais critérios.*

*Para além de tudo isto, considerar uma pessoa e a sua dignidade humana diferente conforme trabalhar numa empresa com 2 empregados ou com 100, é ferir os princípios plasmados na CRP.*

*É por estas razões que sou contrário ao que se tem escrito, a este propósito, em relação a esta matéria, inserta na lei nº 165/2014, que apenas e tão só, vem permitir, num curto espaço de tempo (até final do ano) para aquelas unidades orgânicas produtivas e com empregos, se expandam, sejam competitivas e criem mais postos de trabalho, contribuindo sobremaneira, para o engrandecimento do PIB.*

*Este foi o objecto e o espírito criado por esta Lei.*

*Tudo o que se disser para além deste espírito é estar a criar entraves para o desenvolvimento empresarial das empresas no nosso concelho.”*

**23 - REQ. N. 1066/15, DATADO DE 04/08/2015 – PC N.º 242/15, DATADO DE 16/07/ 2015  
– SEVLAIRES PLÁSTICOS, LDA**

588 - Presentes requerimentos com registos de entrada n.º 980/15 e n.º 1066/15, datados de 16-07-2015 e 04-08-2015 respetivamente, em nome de **Sevlares Plásticos, Lda**, com o NIPC 502320222, com sede na rua Nova Moinho de Cima, n.º 34, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento sito na mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma. O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, a sociedade Sevlaires Plásticos, Lda, com o NIPC 502320222, com sede na rua Nova Moinho de Cima, n.º 34, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal da ampliação do seu estabelecimento industrial, sito naquela morada, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- Sevlaires, Plásticos Lda, com sede e instalações na Rua Nova do Moinho de Cima, n.º 34, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, tem por objeto a fabricação de artigos de matérias plásticas;
- Essas instalações se desenvolvem em dois edifícios ligados por um telheiro de cargas, com uma área de construção de 4.722, 80 m2, e se encontram implantadas num prédio com a área total de 18.356,00 m2;
- A sociedade em causa pretende ampliar a área dessas instalações em 404,00 m2 – sendo que a ampliação em causa diz respeito a dois telheiros de carga, um com 45 m2 e um outro com 241 m2 e ainda a um terceiro, com 118 m2, destinado a um gerador de energia, a uma central de bombagem da rede de incêndio e a um sistema de ar e refrigeração, todos a construir - perfazendo na totalidade uma área de construção de 5.126,80 m2;
- Essa ampliação implicará que o índice de construção bruto passe a ser de 0,29;
- O Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande dispõe no n.º 10 do seu artigo 5.º que, para o local, aquele índice é de 0,25, pelo que as ampliações em causa infringem esta norma;
- Aquela empresa teve a sua génese, no ano de 1974, num pequeno barracão com apenas 120 m2, e utilizava processos de fabrico rudimentares, quase artesanais;
- Nas décadas seguintes foi crescendo e modernizando o seu processo produtivo, tendo sido necessário, para o efeito, a ampliação das suas instalações;
- A partir de 1993, fruto do seu crescente desenvolvimento, mudou as suas instalações para o atual edifício;
- Com o decurso do tempo a sua produção diversificou-se, passando a fabricar, peças técnicas, dispositivos médicos para diagnóstico “in vitro”, produtos promocionais e produtos destinados à indústria alimentar;
- Atualmente o seu negócio centra-se no mercado francês, belga, inglês, holandês e espanhol;
- Fornece grandes grupos de referência mundial no setor dos produtos médicos e de diagnóstico, assim como no dos pequenos eletrodomésticos;
- Segundo a interessada a sua empresa encontra-se certificada pela Norma ISO 9001/2008 (sistemas de gestão de qualidade) e pela Norma NP EN 14001 (sistemas de gestão

ambiental), mantém a certificação de PME Líder desde 2008 e obteve a certificação de PME Excelência em 2010, 2011 e 2014;

- O crescente volume de negócios e as exigências dos clientes, nomeadamente a criação de uma “sala limpa” com ambiente controlado, obrigou à construção de um novo edifício, devidamente licenciado por esta Câmara Municipal, que ainda não se encontra concluído;
- Um adequado funcionamento deste edifício obriga às ampliações acima descritas;
- A construção dos referidos telheiros se destina à proteção das operações de carga e descarga, à construção de um tanque de abastecimento à rede armada de combate a incêndio, com 150 m<sup>3</sup> e ainda à instalação de um gerador de energia autónomo de emergência, central de bombagem da rede de incêndio e novo sistema de abastecimento de ar de refrigeração de moldes e máquinas;
- A localização daqueles equipamentos visa permitir a aproximação dos mesmos ao novo edifício que se encontra em construção;
- Aquelas ampliações destinam-se a melhorar o desempenho do estabelecimento industrial no seu conjunto;
- No ano de 2013, o valor de faturação foi de 2.185.000,00 euros, sendo que 47,5% deste valor resultou de exportações e no ano de 2014 ascendeu aos 2.445.000,00 euros, sendo que 53,5% desse valor diz, também, respeito a exportações;
- A empresa possui 19 postos de trabalho, 6 dos quais foram criados, segundo a requerente, no primeiro semestre de 2015, e tem ao seu serviço 6 trabalhadores recrutados através de uma empresa de trabalho temporário;
- A interessada prevê, ainda, criar 3 postos de trabalho no novo edifício que se encontra em construção;
- O avultado investimento efetuado pela dita empresa nas suas instalações, ao longo dos tempos - muito concretamente com o edifício que se encontra, ainda, em construção - não se compadece com a deslocalização das mesmas, tanto mais, que a sua excelente localização, junto das autoestradas (A8 e A17) facilita as ligações a montante com os fornecedores de moldes e matéria-prima e permite o escoamento do produto final, nomeadamente pelo fácil acesso a Lisboa e ao Porto;
- O historial de crescimento da empresa, a sua aposta em novos produtos e na sua qualidade, são demonstrativos do seu caráter dinâmico e empreendedor;
- As empresas com este tipo de características constituem uma mais-valia para a economia do concelho e para a sua imagem;
- A ampliação das suas instalações assume importância não só porque cria melhores condições de trabalho (telheiro para proteção da operação de cargas e descargas), mas também condições de segurança e desenvolvimento da produção (telheiro para instalação de uma central de bombagem da rede de incêndio e sistema de refrigeração de moldes e máquinas);

**Por todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse**

**público municipal das ampliações acima descritas, das instalações do estabelecimento industrial sito na rua Nova do Moinho de Cima, n.º 34, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de SEVLAIRES – PLÁSTICOS, LDA, com o NIPC 502320222 e sede naquela morada.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante ao índice de construção”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com mais de 40 anos e 19 trabalhadores, que factura praticamente 2,5 M€, exportando mais de metade da sua produção, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

*Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”*

**24 - REQ. N. 1065/15, DATADO DE 04/08/2015 – PC N.º 254/2015, DATADO DE 15/07/2015 – ARMANDO FERNANDES – SERRALHARIA CIVIL, LDA**

589 - Presentes requerimentos, com registos de entrada n.º 966/215 e n.º 1065/15, datados de 15-07-2015 e 04-08-2015, respetivamente, em nome de **Armando Fernandes – Serralharia Civil, Lda**, com o NIPC 504134523, com sede na rua do Bico, n.º 36, lugar de Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do seu estabelecimento industrial destinado à fabricação de estruturas e equipamentos metálicos e à atividade de serralharia civil, sito naquela mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização da sociedade Armando Fernandes – Serralharia Civil, Lda, com sede na rua do Bico, n.º 36, lugar de Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na regularização do seu estabelecimento industrial destinado à fabricação de estruturas e equipamentos metálico e à atividade de serralharia, sito naquela mesma morada.

Considerando que:

- Armando Fernandes – Serralharia Civil, Lda possui um estabelecimento industrial, com sede na rua do Bico, n.º 36, lugar de Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, destinado à fabricação de estruturas e equipamentos metálicos e à atividade de serralharia, na mesma morada;
- O referido estabelecimento é constituído por um edifício com uma área total de construção de 1 027,90 m2, implantado num prédio com a área total de 1 710,00 m2;
- Grande parte do edifício situa-se no aglomerado urbano da Garcia e a outra parte em espaço agro-florestal;
- O estabelecimento viola a alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, na parte em que se encontra em agro-florestal, por

se situar junto às extremas do terreno, quando deveria respeitar a distância mínima de 15 m, medida a partir do edifício até aos limites do prédio;

- O índice de construção bruto da referida unidade industrial é 0,60, ultrapassando o valor de 0,25 previsto no n.º 10 do artigo 5.º daquele Regulamento;

- Desde a sua constituição, em 1998, o estabelecimento tem vindo a crescer, ainda que de forma contida, tendo em conta as restrições espaciais de que padece, no entanto sempre com a preocupação de requalificar;

- A interessada procurou, ao longo do tempo, requalificar e melhorar as instalações existentes;

- Para além destas requalificações procedeu à construção na área posterior das suas instalações iniciais, de áreas técnicas de pintura e de tratamento das peças que, por razões de higiene e segurança dos seus trabalhadores, a par do respeito por normas ambientais, não poderiam ser incluídas naquelas;

- Laboram no estabelecimento industrial 11 trabalhadores;

- A interessada presta, essencialmente, serviços de metalomecânica diversa a empresas sediadas no concelho da Marinha Grande e no concelho de Leiria;

- A sua posição a montante de muitas empresas vidreiras e fabricantes de moldes, entre outras, que dedicam grande parte da sua produção a mercados externos, confere-lhe um importante papel na economia local;

- A empresa faturou, no ano de 2013, 457.000,00 euros e, em 2014, 601.000,00 euros, o que representou um aumento da faturação superior a 30%;

- A deslocalização das suas instalações traria custos avultados, na ordem, segundo a interessada, dos 568.100 euros, valor que se aproxima ao valor de faturação do ano de 2014;

- A empresa contribui para o desenvolvimento da economia local, não só porque se encontra a montante de muitas empresas localizadas no concelho, que de igual forma fomentam o crescimento do concelho a nível económico, mas também porque assegura emprego, circunstâncias de manifesto interesse público municipal que devem ser reconhecidas;

**Por todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial destinado à fabricação de estruturas e equipamento metálicos e atividades de serralharia civil, sito na rua do Bico, n.º 36, Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de ARMANDO FERNANDES – SERRALHARIA CIVIL, LDA, com NIPC 504134523 e sede na mesma morada.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

- a) *Como é referido no parecer técnico, o edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante ao índice de construção”*
- b) *O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) *Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 17 anos e 11 trabalhadores, que factura mais de 600.000€, que trabalha em regime de subcontratação com algumas das melhores empresas do concelho, com as outras que aqui analisámos.*
- d) *Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) *Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

*Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”*

**25 - REQ. N. 1091/15, DATADO DE 06/08/2015 – PC N.º 286/2015, DATADO DE 06/08/2015 – YUDO EU, S.A.**

590 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1091/15, datado de 06-08-2015, em nome de **YUDO EU, S.A.** com o NIPC 508102650, com sede na Travessa 13 de Março, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal da ampliação do seu estabelecimento industrial destinado à conceção, desenvolvimento, produção e

comercialização de sistemas de gestão de canais quentes e equipamentos auxiliares para a indústria de moldes, incluindo serviço de assistência, sito naquela mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, Yudo Eu, S.A com o NIPC 508102650, com sede na Travessa 13 de Março, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, da ampliação do seu estabelecimento industrial destinado à conceção, desenvolvimento, produção e comercialização de sistemas de gestão de canais quentes e equipamentos auxiliares para a indústria de moldes, incluindo serviço de assistência, sito naquela mesma morada.

Considerando que:

- A sociedade Yudo Eu, S.A., de capital 100% estrangeiro, com sede na Travessa 13 de Março, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial destinado à conceção, desenvolvimento, produção e comercialização de sistemas de gestão de canais quentes e equipamentos auxiliares para a indústria de moldes, incluindo serviço de assistência, na mesma morada;
- Pretende ampliar essas instalações, cuja área atual é de 1.960,80 m2, e passará a ser de 5.109,00 m2;
- Essa ampliação colidirá com os critérios de edificabilidade consagrados na alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, por distar das extremas apenas 6,00 m ao longo do limite sul e 12,00 m ao longo do limite norte do terreno, quando o afastamento mínimo dos edifícios aos limites da parcela, previsto naquela norma, é de 15,00 m;
- A ampliação em causa resulta da sua necessidade em aumentar o seu parque de máquinas, bem como a sua produção, de modo a fornecer o mercado europeu e de se tornar, dentro do grupo Yudo, Marinha Grande, a abastecedora desse mercado;
- O incremento na produção originará, segundo a interessada, no aumento do quadro de pessoal em cerca de 50%;

- De acordo com a requerente a execução dessas obras, em violação daquele instrumento de gestão territorial, é imprescindível ao seu desenvolvimento;
- A sua inexecução determinará a perda de clientes a favor de outras fábricas do grupo, localizadas noutros países e, conseqüentemente, uma perda abrupta e indesejável de vendas;
- Segundo a requerente a deslocalização das atuais instalações implicaria a construção de uma nova unidade fabril, num prazo nunca inferior a dois anos, período de tempo que não se compadeceria com a concorrência, dentro do próprio grupo, e que poderia implicar o encerramento da unidade fabril localizada na Marinha Grande;
- A par desses constrangimentos o desmantelamento da empresa provocaria, de acordo com a requerente, custos avultados, que ascenderiam aos 4.450.000,00 euros;
- A atual localização da empresa, junto à autoestrada (A8) e à EN242, constitui uma mais-valia, pois facilita a entrega de matérias-primas e o escoamento do produto final;
- De acordo com elementos fornecidos pela interessada, o número de trabalhadores foi sempre aumentando, passando de 11 em 2007, ano de início do processo produtivo, para 65 em 2013, tendo apenas sofrido um decréscimo de 9 no ano de 2014;
- Esses números são indicativos de que a aposta no incremento da produção e na modernização garante emprego e contribui, decisivamente, para o desenvolvimento da economia local;
- O volume de exportações cifrou-se, no ano de 2013, em 4.780.997,57 euros e no ano de 2014 em 3.936.045,91 euros;
- A unidade industrial veicula, nos mercados internacionais, nomeadamente mercado europeu, sul-americano, sul-africano e Médio Oriente, a imagem de um concelho dinâmico, com indústrias que apostam na qualidade dos seus produtos;
- De acordo com elementos, fornecidos pela interessada, a faturação dos dois últimos anos ascendeu, no de 2013 a 7.527.336,93 euros e no de 2014 a 6.072.730,21 euros;
- O Município reconhece, não só pelos postos de trabalho, que já criou e virá a criar com a ampliação da sua unidade industrial, mas também pela aposta numa produção de qualidade, o contributo inegável desta empresa para o progresso do concelho;

**Por todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação a executar no estabelecimento, sito na Travessa 13 de Março, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande, destinado à conceção, desenvolvimento, produção e comercialização de sistemas de gestão de canais quentes e equipamentos auxiliares para a indústria de moldes, incluindo serviço de assistência, propriedade de YUDO EU, S.A. com o NIPC 508102650, com sede na mesma morada.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

- a) *Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante à distância às extremas”*
- b) *O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) *Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa multinacional, com quase 60 trabalhadores, que factura mais de 6M€, fornecendo canais quentes às empresas de moldes da nossa região e de toda a europa, com as outras que aqui analisámos.*
- d) *Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) *Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

*Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”*

**26 - REQ. N. 1189/15, DATADO DE 24/08/2015 – PC N.º 259/2015, DATADO DE 17/07/2015 – BOURBON AUTOMOTIVE PLASTICS MARINHA GRANDE, S.A**

591 - Presente requerimentos, com registo de entrada n.º 987/15, de 17-07-2015 e n.º 1189/15, de 24-08-2015, de **Bourbon Automotive Plastics Marinha Grande, S.A**, com o NIPC 502680733, com sede na, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal da ampliação do seu estabelecimento industrial, sito Zona Industrial - Casal da Lebre, lotes 34 e 17, freguesia e concelho de Marinha Grande, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º

do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

Presente informação técnica datada de 26-08-2015 sobre o assunto.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, **Bourbon Automotive Plastics Marinha Grande, S.A.**, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento, sito na Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade **Bourbon Automotive Plastics Marinha Grande, S.A.**, com o NIPC 502680733, com sede na Zona Industrial, – Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial, sito na Zona Industrial, lotes 34 e 17 – Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande, destinado ao fabrico de peças plásticas, através da tecnologia de moldação por injeção, dirigidas à indústria automóvel;
- Esse estabelecimento possui uma área de implantação total de 6.438,60 m<sup>2</sup> e uma área total de construção de 6.745,20 m<sup>2</sup>;
- A sociedade em causa pretende ampliar as suas instalações através da união de dois pavilhões fabris, de modo a aumentar a sua capacidade de armazenagem do produto acabado;
- Com a ampliação pretendida as instalações passarão a apresentar uma área de implantação de 7.098,60 m<sup>2</sup>, o que representa um índice de ocupação de 61,7%, ultrapassando em 11,7 pontos percentuais o valor máximo de 50% previsto na alínea a) do artigo 2.º do Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande – RPPZIMG;
- O volume das instalações será de 67.436,700 m<sup>3</sup>, sendo o índice volumétrico de 5,86 m<sup>3</sup>/m<sup>2</sup>, acima de 5 m<sup>3</sup>/m<sup>2</sup>, limite possível para o local, previsto na alínea b) do artigo 2.º do RPPZIMG;
- A área permeável será de 807, 60 m<sup>2</sup>, o que equivale a 7% da totalidade dos lotes em que se situa a unidade industrial, o que significa que a área impermeabilizada corresponderá a cerca de 93% da área dos lotes, bastante acima dos 65% previstos pela alínea g) do referido artigo 2.º do ZIMG;

- A ampliação pretendida traduzir-se-á na violação das alíneas a) b) e g) do artigo 2.º do RPPZIMG, por ultrapassar o índice máximo de ocupação, a volumetria máxima de construção permitida para o local e a área máxima impermeabilizada dentro de cada lote, respetivamente;
- A ampliação destina-se, ainda, a transferir da área de produção, algumas linhas de montagem, de modo a poder colocar mais 4 máquinas de injeção, que por sua vez darão origem a 24 novos postos de trabalho;
- A empresa iniciou a sua produção em 1993, com 40 trabalhadores, 12 máquinas de injeção e uma faturação de cerca de 875.000,00 euros, sendo que, 20% da produção, se destinava à exportação;
- A empresa integra o grupo Plasticoire, que tem a sua sede em França e é constituído por 26 empresas, espalhadas por 9 países;
- Catorze dessas empresas, e de entre delas a da Marinha Grande, fornecem exclusivamente a indústria automóvel;
- A interessada, e uma outra empresa da Eslováquia, acabaram de ser distinguidas como melhores fornecedores do grupo PSA (Peugeot-Citroen);
- A 1 de janeiro de 2015 a empresa tinha ao seu serviço 226 trabalhadores e a faturação do último ano fiscal, que terminou a 30 de setembro de 2014, era de 19.428.137,00 euros;
- A 1 de agosto de 2015, a faturação do presente ano fiscal ascendia já aos 17.900.000 euros e o número de trabalhadores tinha aumentado para 243;
- De acordo com previsões da interessada o número de trabalhadores continuará a aumentar nos próximos dois anos, estimando-se que, em janeiro de 2016, esse número perfaça os 298 e, no mesmo mês do ano de 2017, atinja os 313;
- A empresa tem vindo a investir em equipamento, sendo que em 2013 possuía 22 máquinas de injeção e na atualidade possui mais 6, num total de 28;
- Nos últimos meses foi realizado investimento em equipamento dotado de novas tecnologias que permite efetuar decorações através de laser e injeção por sistema IMF;
- A ampliação do estabelecimento é, não só, imprescindível para dar resposta a um novo projeto denominado “Global C”, que se destina a fornecer, a partir de setembro de 2015, componentes à fábrica da Renault, localizada em Palencia, Espanha, como também para dar resposta a solicitações das fábricas de Douai, em França e Oyak, na Turquia no próximo ano;
- O incremento na produção obriga à realização daquela obra de ampliação, sob pena de grandes projetos, assumidos pela interessada, puderem vir a ser transferidos para outras fábricas do grupo;
- Segundo a interessada já foram identificados 48 moldes, que por falta de espaço, para colocação de máquinas de injeção, não podem ser utilizados;
- Essa incapacidade poderá causar graves prejuízos, nomeadamente o reencaminhamento daqueles moldes para França;
- A capacidade da empresa para criar emprego e para atrair projetos relevantes, são demonstrativos da sua solidez financeira;
- O Município tem todo o interesse em apoiar o desenvolvimento das empresas do concelho, não só porque são o motor do seu crescimento económico, mas também porque divulgam os produtos de excelência fabricados na Marinha Grande, e transportam a imagem de um concelho dinâmico e moderno que aposta em novas tecnologias, como é o caso da Bourbon Automotive Plastics Marinha Grande, S.A;

- O Município pretende, ainda, criar todas as condições para que seja possível que a interessada dê resposta às mais diversas solicitações do mercado e evite a perda de oportunidades, em benefício de empresas estrangeiras, como é o caso do exemplo acima referido do eventual reencaminhamento de 48 moldes para uma fábrica localizada em França;
- A interessada demonstra uma grande capacidade para criar emprego e para atrair projetos relevantes;

**A Câmara Municipal delibera, por todo o circunstancialismo descrito, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento, sito na Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de BOURBON AUTOMOTIVE PLASTICS MARINHA GRANDE, S.A, com o NIPC 502680733 e sede nessa mesma morada.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante ao índice de ocupação”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa multinacional, a maior empregadora do concelho exceptuando as três vidreiras e a Câmara Municipal (com 243 trabalhadores), que factura quase 20M€, exportando 100% da sua produção para a exigente indústria automóvel, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*

*e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de "interesse público municipal", de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

*Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Camara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma."*

**27 - REQ. N. 1082/15, DATADO DE 06/08/2015 – PC N.º 285/2015, DATADO DE 06/08/2015 – NOVA PLASTESTE, S.A.**

592 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1082/15, datado de 06-08-2015, de **Nova Plasteste, S.A.**, com NIPC 508503310 e sede na Rua de França, Lote 29, Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação das suas instalações industriais destinadas à experiência de moldes e transformação de matérias plásticas, comércio importação e exportação de matérias e materiais plásticos e equipamentos industriais e representação de marcas, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. Presente informação técnica datada de 21 de agosto sobre o assunto.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização a sociedade Nova Plasteste, S.A., com NIPC 508503310 e sede na Rua de França, Lote 29, Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, por parte da

Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, na regularização e ampliação do seu estabelecimento industrial, sito na mesma morada.

Considerando que:

- Nova Plasteste, S.A., se dedica à experiência de moldes e transformação de matérias plásticas, comércio, importação e exportação de matérias e materiais plásticos e equipamentos industriais e representação de marcas, no seu estabelecimento sito na Rua de França, Lote 29, Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha;
- O lote apresenta uma área de 5.050,00 m<sup>2</sup>;
- A referida unidade industrial apresenta uma área de implantação de 2.042,00 m<sup>2</sup> e uma área de construção de 2.147,00 m<sup>2</sup>;
- O lote onde se encontra implantada a unidade encontra-se impermeabilizado em cerca de 92%, quando não poderia ultrapassar os 65%;
- Por esse facto viola a alínea g) do artigo 2.º do Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande;
- Com a ampliação passará a não existir qualquer distância entre o edifício, as extremas posterior e topos laterais do lote, violando, assim as alíneas d) e e) daquele regulamento;
- A atividade da interessada centra-se nos testes experimentais de moldes, em geral destinados à produção de peças para a indústria automóvel, que as empresas produtoras fabricam para exportação;
- Para o efeito possui máquinas de grande dimensão, cujo peso bruto chega a atingir as 30 toneladas, bem como equipamento de elevação adequado;
- Os elevados custos desses equipamentos e a necessidade de os rentabilizar obrigou a interessada a produzir artigos diversos em plástico, destinados, nomeadamente, à utilização doméstica, à decoração, à eletrónica, ao uso médico e à indústria automóvel;
- Devido ao aumento de solicitações nos testes dos moldes, os resíduos plásticos resultantes dessa atividade têm sofrido um aumento exponencial, impossibilitando a sua armazenagem na secção de moagem, onde são reciclados;
- O aumento da produtividade e a criação de boas condições de trabalho obrigam à ampliação das atuais instalações em 498 m<sup>2</sup> para armazenagem dos referidos resíduos plásticos e subsequente moagem para a sua reutilização;
- O seu volume de faturação que foi, no ano de 2013, de 1.258.836,00 euros e ascendeu em 2014 a 1.306.484,00 euros, o que representou um aumento da faturação superior a 3%;
- Atualmente possui ao seu serviço 19 trabalhadores;
- Uma eventual deslocalização da unidade industrial traria custos estimados na ordem do 1.665.000,00 euros, superior à faturação anual nos anos mais recentes;
- A regularização e a ampliação são a garantia de manutenção dos postos de trabalho existentes, do incremento da produção e da criação de melhores condições de trabalho;
- A empresa, ao apostar no crescimento da sua produção garante emprego, e contribui, decisivamente, para o desenvolvimento da economia local, pelo que a regularização e ampliação da mesma constituem circunstâncias de inegável interesse público municipal que deve ser reconhecido;

**Por todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de**

**reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação do estabelecimento industrial, sito na Rua de França, Lote 29, Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade da NOVA PLASTESTE, S.A., com o NIPC 508503310, com sede na mesma morada.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

- a) Como é referido no parecer técnico, o edifício existente e a ampliação pretendida neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante ao índice de impermeabilização”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 19 trabalhadores, que factura quase 1,3M€, efectuando experiências de moldes para a generalidade das empresas de moldes, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

*Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

**28 - REQ. N. 1096/15, DATADO DE 07/08/2015 – PC N.º 288/2015, DATADO DE 07/08/2015 – INJECT FORM EMPRESA DE PLASTICOS LDA**

Processo retirado da ordem do dia, devendo ser agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal.

**29 - REQ. N. 1190/15, DATADO DE 24/08/2015 – PC N.º 266/2015, DATADO DE 23/07/2015 – PLASTIMAGO - TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS LDA**

Processo retirado da ordem do dia, devendo ser agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal.

**30 - REQ. N. 1191/15, DATADO DE 24/08/2015 – PC N.º 267/2015, DATADO DE 23/07/2015 – PLASTIMAGO - TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS LDA**

Processo retirado da ordem do dia, devendo ser agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal.

**31 - REQ. N. 1083/15, DATADO DE 06/08/2015 – PC N.º 285/2015, DATADO DE 06/08/2015 – TECNIJUSTA AJUSTAMENTOS E MOLDES PARA PLASTICOS UNIPessoal LDA**

Processo retirado da ordem do dia, devendo ser agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal.

**32 - REQ. N. 1070/15, DATADO DE 04/08/2015 – PC N.º 253/2015, DATADO DE 13/07/2015 – KLC-INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO DE MATERIAS PLASTICAS,LDA.**

Processo retirado da ordem do dia, devendo ser agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal.

**33 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

593 - O Clube Recreativa Amieirinhense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização para a utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, relacionada com o 5º Grande Prémio de Atletismo da Amieirinha no dia 26 de Setembro de 2015.

Presente informação nº 68/AF, de 31 de agosto de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à actividade identificada, isentar o Clube Recreativa Amieirinhense do pagamento da taxa devida pela emissão da autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **34 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES**

594 - Presentes os requerimentos:

- registo de entrada 2714/2015 em nome de Elsa Marina Gomes Couto Cruz, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa pela comunicação prévia com prazo para ocupação de espaço público na Avenida Dr. José Henriques Vareda nº 22 loja 3, no valor de 990,00€, em 14 prestações mensais;
- registo de entrada 5544/2015 em nome de Maria Luizete Andrade dos Santos Martins, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 950 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;
- registo de entrada 5762/2015 em nome de Maria Helena Vieira da Silva Rodrigues, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 708 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;
- registo de entrada 4761/2015 em nome de Regina de Fátima Ribeiro de Matos, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1361 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

-registro de entrada 6601/2015 em nome de Márcio Moleirinho Felício, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1731 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 10 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do citado artigo.

Presentes informações nº 3/AF, 4/AF, 5/AF, 6/AF de 24 de agosto de 2015 e 7/AF de 31 de agosto de 2015, onde se confirma que os pedidos estão instruídos e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

**Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Elsa Marina Gomes Couto Cruz o pagamento da taxa pela comunicação prévia com prazo para ocupação de espaço público na Avenida Dr. José Henriques Vareda nº 22 loja 3, no valor de 990,00€, em 8 prestações mensais; a Maria Luizete Andrade dos Santos Martins, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 950 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais; a Maria Helena Vieira da Silva Rodrigues o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 708 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais; a Regina de Fátima Ribeiro de Matos o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1361 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais e a Márcio Moleirinho Felício o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1731 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais**

**Mais delibera anular a guia de receita nº 6501/2 de 6 de março de 2015, no valor de 1.000,00€, em nome de Regina de Fátima Ribeiro de Matos, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 1361 e a guia de receita nº 17585/2 de 20 de agosto de 2015, no valor de 1.000,00€, em nome de Márcio Moleirinho Felício, emitida na sequência da concessão a título perpétuo da sepultura nº 1731, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**35 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

595 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.

- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.
- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**36 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE "DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE E MARINHA GRANDE POENTE, PARA O ANO LETIVO 2015/2016", NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

596 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de

31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a requisição interna n.º 17679/2015 e informação I/1014/2015, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, onde se manifesta a necessidade da contratação dos serviços de *“Dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2015/2016”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 24/08/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL DESPORTIVO NAUTICO MARINHA GRANDE, NIPC 501 089 721 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016, para a contratação dos serviços de *“Dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2015/2016”* na classificação orgânica/económica 06/020220, na ação do PAM 2015/A/72, tendo sido emitido o cabimento, pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 24.841,08 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

**Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços de *“Dinamização e ensino de natação para os alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente e Marinha Grande Poente, para o ano letivo 2015/2016”*.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto contra por considerarmos que os concursos públicos são a melhor opção, sob o ponto de vista da despesa, para o Município.”*

**37 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE “DINAMIZAÇÃO E ENSINO DE NATACÃO PARA OS ALUNOS DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE INTEGRADOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2015/2016”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.**

597 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a requisição interna n.º 17680/2015 e informação I/1015/2015, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, onde se manifesta a necessidade da contratação dos serviços de *“Dinamização e ensino de natação para os alunos dos jardins-de-infância e do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2015/2016”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer

prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 24/08/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite ao INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE, NIPC 501 254 242 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016, para a contratação dos serviços de *“Dinamização e ensino de natação para os alunos dos jardins-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2015/2016”* na classificação orgânica/económica 06/020220, na ação do PAM 2015/A/72, tendo sido emitido o cabimento, pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 14.231,04 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços de *“Dinamização e ensino de natação para os alunos dos jardins-de-infância e do 1º ciclo do ensino básico do concelho da Marinha Grande integrados no agrupamento de escolas Vieira de Leiria, para o ano letivo 2015/2016”*.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, que proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Voto contra por considerarmos que os concursos públicos são a melhor opção, sob o ponto de vista da despesa, para o Município.”*

**38 - P.A. N.º 48/2015-AP/DISU - “RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE” PARA O PERÍODO DE 5 ANOS. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 394-AP/DFTI/2015**

598 - Presente o despacho n.º 394-AP/DFTI/2015, datado de 31/08/2015, do Presidente da Câmara, que se transcreve na íntegra:

*“Presente processo de aquisição n.º 48/2015 – AP/DISU, iniciado por deliberação camarária de 23 de julho de 2015.*

*Considerando que foram apresentados três pedidos de esclarecimentos, por parte de interessados no procedimento pré-contratual identificado em epígrafe.*

*Considerando o elevado número de questões e a necessidade de assegurar uma resposta tão completa e esclarecedora quanto possível.*

*Considerando que deve ser assegurado aos interessados um período de tempo adequado à elaboração das suas propostas.*

*Considerando que a ata de resposta aos esclarecimentos foi disponibilizada aos interessados em 27 de agosto corrente, pelo que importa promover a prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas.*

*Considerando que não foi possível assegurar a publicação dos anúncios devidos no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, o que também determina a prorrogação do referido prazo.*

*Considerando que a prorrogação do prazo de apresentação das propostas não é suscetível de causar quaisquer prejuízos à entidade adjudicante ou aos interessados.*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

*Considerando que a prorrogação do prazo permite as adequadas condições ao funcionamento da concorrência de mercado.*

*Considerando que, no entanto, esta prorrogação se deve restringir ao estritamente indispensável, salvaguardando os direitos dos interessados no adequado e devido cumprimento da lei.*

*Considerando que a tramitação dos procedimentos de formação de contratos públicos é urgente e que a Câmara Municipal reúne no próximo dia 3 de setembro, não sendo por isso viável a marcação de uma reunião extraordinária em data anterior.*

*Considerando que ante a urgência e a impossibilidade referenciada no parágrafo anterior é legalmente admissível a emissão do presente despacho, que deve ser ratificado na próxima reunião da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*Ante o exposto, prorrogo o prazo fixado para a apresentação das propostas no âmbito do procedimento identificado em epígrafe até às 23:00 horas do dia 14 de setembro de 2015, de acordo com os artigos 36.º, n.º 1 e 64.º, n.ºs 1 e 4, do Código dos Contratos Públicos, com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”*

**A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, ratificar o despacho n.º 394-AP/DFTI/2015 de 31 de agosto de 2015.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **39 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO: ACESSO AO REFEITÓRIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE**

599 - Considerando que se mantém em funcionamento a Escola Básica do 1.º ciclo Guilherme Stephens, nas instalações do Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, a funcionar na Escola Básica 2/3 Guilherme Stephens e a que se pretende continuar a aproximar a cantina escolar aos locais onde são desenvolvidas as aulas;

Considerando que os alunos da Escola Básica do 1.º ciclo Guilherme Stephens, para se deslocarem ao refeitório não necessitam de sair para o exterior da escola, garantindo a segurança dos alunos, evitando-se o recurso a transportes escolares e consequente acréscimo de custos;

Considerando ainda que se pretende melhorar o serviço de alimentação escolar prestado na Cantina de Casal de Malta, com um índice de fornecimento de refeições elevado, passando

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

a utilizar a Cantina do Agrupamento Marinha Grande Poente para as refeições dos alunos do jardim-de-infância e do 1.º ciclo do ensino básico da escola da Amieirinha, cujas escolas também não possuem cantinas de gestão municipal.

Considerando que o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente possui refeitórios escolares com capacidade para fornecer a totalidade das refeições escolares a estes alunos;

Considerando que o fornecimento de refeições nos refeitórios do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente é realizado através de uma empresa externa contratada pela DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), e que por esse motivo o Município da Marinha Grande pretende estabelecer um protocolo com o Agrupamento para fornecimento das refeições aos alunos acima referidos.

Considerando que é competência do Município nos termos da alínea hh), do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assegurar o fornecimento de refeições escolares;

Considerando que a administração central e as autarquias locais podem estabelecer entre si formas adequadas de parceria para melhor prossecução do interesse público, de acordo com a alínea r) artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**A Câmara Municipal delibera de acordo com a competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a minuta de Protocolo de colaboração a celebrar entre o Município da Marinha Grande e o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente, que se anexa (Anexo 1).**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **4º - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2015.**

600 - Presente informação n.º 1139/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 27 de agosto, referente à atualização anual de algumas rendas de habitação social, localizadas na Avenida da Liberdade, Rua Professor Melo Vieira, Rua Adriano M. Nobre, Rua António Lopes, Rua Bairro do Camarnal, Praceta da Liberdade, Rua General Humberto Delgado, Rua Júlio Braga Barros e Bairro do Camarnal.

Considerando que, a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando, que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado

familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$  em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:

- a) No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;
- b) No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando o n.º 3 do artigo 1 da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro que determina que: “ *a renda mensal não pode exceder o duodécimo do produto resultante da aplicação da taxa das rendas condicionadas ao valor patrimonial tributário do fogo.*”

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro: “ *A renda máxima em regime de arrendamento apoiado é a renda máxima aplicável aos contratos de arrendamento para fim habitacional em regime de renda condicionada.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, proceder à atualização anual das rendas, sendo os valores a aplicar, os constantes nos quadros seguintes:**

**A PARTIR DE NOVEMBRO:**

**Avenida da Liberdade**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
L	Lucinda de Jesus Rosa	R/C Esq.º	03/10/2014	21,77€	15,89€
L	Nanci Duarte	R/C Fte Dto	03/10/2014	61,53€	104,30€
M	Ana Margarida Boiça	1.º Fte Dto	03/10/2014	132,87€	127,75€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

**Rua António Lopes**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
Pedro Manuel Santos Carmo	29	04/11/2004	17,00€	18,42€
Licínia Gomes C. Marques	52	04/11/2004	12,46€	10,30€
Maria da Conceição Alvadia	78	04/11/2004	5,05€	9,99€
Amílcar Saraiva	99	12/01/2007	23,70€	22,96€

**Rua Adriano M. Nobre**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
Graça Maria Guarda Nascimento	12	04/11/2004	5,06€	8,92€
Rui Martins da Silva	45	04/11/2004	144,28€	92,14€
Arminda Jesus C. Dinis	51	04/11/2004	59,45€	49,84€
Lina Alexandra Bessa Pereira	97	04/11/2004	230,84€	92,70€

**ATUALIZAÇÕES FASEADAS**

**Avenida da Liberdade – Bloco M**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17
Maricel Temciuc	2.º Fte Esq.º	03/10/2014	5,06€	9,52€	13,97€	18,43€

**Rua Adriano Marques Nobre**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17
M.ª Adelaide Bernardes	24	04/11/2004	19,17€	50,55€	81,93€	113,31€

**Rua António Lopes**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17
Avelino Sousa Santos	35	04/11/2004	4,85€	10,99€	17,12€	23,26€

**Rua Bairro do Camarnal**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17
Cláudia Margarida Lopes	47	11/05/2013	14,07€	42,16€	70,24€	98,33€

**Rua Bairro do Camarnal**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
João Lucas Henriques	50	04/11/2004	59,96€	91,20€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

**Praceta da Liberdade**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
1	Vitor Manuel L. Raimundo	R/C Dto	01/10/2000	100,97€	167,68€
4	M. <sup>a</sup> Conceição R. Carvalho	R/C Dto	23/04/1999	20,91€	18,73€
4	M. <sup>a</sup> Helena M. Cunha	R/C Esq. <sup>o</sup>	01/10/1999	17,40€	14,75€
5	M. <sup>a</sup> Lurdes M. Delgado	R/C Esq. <sup>o</sup>	22/12/1997	35,99€	40,05€
8	M. <sup>a</sup> Celeste Pedroso Marques	2. <sup>o</sup> Esq. <sup>o</sup>	21/05/1998	22,25€	20,01€
8	Hortênsia Batista Ascenso	3. <sup>o</sup> Esq. <sup>o</sup>	23/03/2000	5,05€	4,19€

**Rua General Humberto Delgado**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
32	Lavínia M. <sup>a</sup> Nobre Elói Martins	1. <sup>o</sup> B	23/03/2000	85,56€	96,77€

**Rua Júlio Braga Barros**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
1	Idalina Lourenço Escada	2. <sup>o</sup> B	04/11/2004	5,05€	6,63€

**Bairro do Camarnal**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
Carlos Manuel Loureiro dos Santos	3	01/05/2000	48,53€	38,64€

**A PARTIR DE DEZEMBRO:**

**Avenida da Liberdade**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
L	Alexandru Pricop	3. <sup>o</sup> Esq. <sup>o</sup>	13/10/2014	5,05€	4,23€
L	M. <sup>a</sup> Filomena Santos	2. <sup>o</sup> Fte Dto	30/11/2006	5,05€	4,23€

**Rua Professor Melo Vieira**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15
3	M. <sup>a</sup> Teresa Emídio Simões	2. <sup>o</sup> Esq. <sup>o</sup>	25/10/2004	5,05€	5,46€

Mais delibera que os valores de renda anteriormente indicados entrem em vigor a partir de novembro e dezembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **41 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dois de setembro de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **9.111.183,66 €** (nove milhões, cento e onze mil, cento e oitenta e três euros e sessenta e seis cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

#### **42 - P.A. N.º 48/2015-AP/DISU - “RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE” PARA O PERÍODO DE 5 ANOS. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO N.º 396-AP/DFTI/2015**

601 - Presente despacho n.º 396-AP/DFTI/2015, do Presidente da Câmara, que se transcreve na íntegra:

*Presente exposição apresentada por um agrupamento de interessados na qual se identifica uma omissão do caderno de encargos e se requer a “inclusão da tabela indicada no considerando h) e a indicação de que a entidade adjudicatária terá a obrigação legal de integrar os trabalhadores atualmente adstritos ao serviço com a antiguidade que detêm e iguais condições remuneratórias”. (A tabela indicada no considerando h) corresponde ao “quadro de pessoal, com a antiguidade e as atuais condições remuneratórias” dos trabalhadores atualmente afetos à prestação do serviço).*

*Nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 61.º, do Código dos Contratos Públicos, são erros e omissões do caderno de encargos os que digam respeito a: i) aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; b) espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou iii) condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.*

*A redação da norma parcialmente transcrita inculca com elevado grau de certeza que se trata de um quadro taxativo de causas que impõem a apresentação de listas de erros e omissões por parte dos interessados.*

*Ora, a ser assim, é evidente que a alegada omissão não se enquadra em qualquer das hipóteses legalmente tipificadas, pelo que não sendo configurável como uma omissão do caderno de encargos – que de todo não ocorre – não pode ser aceite.*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

*Em qualquer caso, não cabe à entidade adjudicante definir a legislação e/ou a regulamentação, de qualquer natureza, aplicável a relações jurídicas privadas estabelecidas e/ou a estabelecer entre o futuro cocontratante e terceiros. Tanto assim é que a cláusula 9.ª, n.º 1, do Caderno de Encargos – Cláusulas Técnicas, estabelece com clareza que “constituem responsabilidade exclusiva do cocontratante todas as obrigações relativas aos meios humanos afetos à prestação do serviço, assegurando o cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis”.*

*Considerando que a tramitação dos procedimentos de formação de contratos públicos é urgente e que a Câmara Municipal reúne no próximo dia 3 de setembro, não sendo por isso viável a marcação de uma reunião extraordinária em data anterior.*

*Atendendo a que ante a urgência e a impossibilidade referenciada no parágrafo anterior é legalmente admissível a emissão do presente despacho, que deve ser ratificado na próxima reunião da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*Nestes termos e com os fundamentos acima enunciados, rejeito a omissão apresentada, de acordo com o artigo 61.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos e com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.*

**A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, ratificar o despacho n.º 396-AP/DFTI/2015 de 1 de setembro de 2015.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

**602 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.º s 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
03/09/2015.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 20

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:10 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião